



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

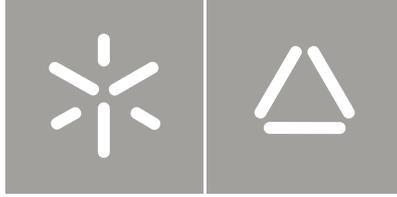
Alice Virgínia Borges da Silva Prata

O Empreendedorismo dos
Portugueses em Andorra

Alice Virgínia Borges da Silva Prata
O Empreendedorismo dos
Portugueses em Andorra

UMinho | 2013

Outubro de 2013



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Alice Virgínia Borges da Silva Prata

O Empreendedorismo dos
Portugueses em Andorra

Tese de Mestrado
Planeamento e Gestão do Território / Geografia

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima
Remoaldo

Co-Orientadora:
Professora Doutora Maria Ortelinda Barros Gonçalves

Declaração

Nome – **Alice Virgínia Borges da Silva Prata**

Endereço eletrónico: prata.alice@hotmail.com Telefone: 934027622/253172411

Número do Bilhete de Identidade: 13251387 8

Título dissertação: **O Empreendedorismo dos Portugueses em Andorra**

Orientadora: **Prof^a Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo**

Co-Orientadora: **Prof^a Doutora Maria Ortelinda Barros Gonçalves**

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado: Mestrado em Geografia – Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território

Nos exemplares das teses de doutoramento ou de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas públicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é obrigatoriamente enviado um exemplar para depósito legal na Biblioteca Nacional e, pelo menos outro para a biblioteca da universidade respetiva, deve constar uma das seguintes declarações:

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura:

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação só foi possível graças à colaboração e apoio de diversas pessoas e identidades. A todos quero aqui expressar o meu mais sincero agradecimento, nomeadamente às minhas orientadoras, as professoras Paula Cristina Remoaldo e Ortelinda Barros Gonçalves, em razão do esforço, da partilha de conhecimentos geográficos, das ideias e criatividade, e também pelo carinho, empenho e confiança depositada em mim.

Expresso aqui um agradecimento muito especial ao senhor José Luís Carvalho, anterior conselheiro das Comunidades Portuguesas em Andorra. É um português muito ativo no meio associativo, sobretudo na Casa de Portugal. O seu conhecimento local muito facilitou o estudo de campo, tendo sido recebida com extrema deferência. Estou grata igualmente a todos os empreendedores portugueses em Andorra que responderem prontamente ao questionário, e que me fizeram sentir em casa com a sua recetividade. Eles foram sem dúvida uma peça fundamental neste trabalho, e aqui todos recordo com saudade e carinho.

Agradeço a todos os professores do mestrado que ajudaram a fomentar conhecimentos e ideias cruciais. Aos meus amigos geógrafos com quem partilhei todas as arduidades e aprendizagens numa compreensão mútua, nomeadamente ao Jorge, um amigo para a vida. Um agradecimento muito especial à Cláudia, ‘a melhor amiga’. A minha amiga de todos os momentos. Sem ela, a experiência vimaranense que partilhámos, teria sido muito difícil e solitária.

Por fim agradeço aos pilares mais importantes da minha vida, os meus pais, por todos os ensinamentos que me transmitiram, e por todos os sacrifícios que por mim fizeram, que ajudaram a formar a pessoa que sou hoje. Aos meus irmãos, Alexandra e João, pelo apoio e compreensão. E ao Francisco, pelo amor inabalável, mesmo à distância nos últimos tempos, pelo apoio e por ser a maior inspiração na temática abordada da emigração. Obrigada, por estarem sempre presentes.

Resumo

A presente dissertação debruça-se sobre o empreendedorismo dos portugueses em Andorra. Esta pesquisa está integrada num projeto mais abrangente que se alarga a outros territórios europeus (Mónaco, Nice e Londres), intitulado “Empreendedorismo Emigrante português em Andorra, Londres, Nice e Mónaco” sendo a instituição proponente o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE, projeto que está a ser financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (F.C.T.) entre 2012 e 2015. Os principais objetivos do estudo são: caracterizar o tipo de negócio do emigrante português em Andorra; aferir o nível de integração na sociedade onde estão a trabalhar, e contribuir para um melhor conhecimento do empreendedorismo fora do país de origem.

Foi dado um enfoque quantitativo, utilizando para o efeito, um inquérito por questionário para a caracterização sociodemográfica das empresas, usando uma amostra por conveniência de 51 empreendedores recolhida no primeiro semestre de 2013. No que diz respeito às empresas, utilizou-se como base um conjunto de duzentas empresas com titulares de nacionalidade portuguesa de acordo com o Registo de Atividades Comerciais do Governo de Andorra (2009).

Os resultados encontrados revelam que a maioria das empresas geridas por portugueses em Andorra é de pequena dimensão e que as mesmas assumem um padrão familiar. A maior parte das empresas em estudo concentram-se nas áreas de comércio de proximidade, nos serviços e restauração, sendo que a última área corresponde a 58,8% do total da amostra. No que concerne à participação numa associação apenas 27,5% dos inquiridos afirma pertencer a um movimento associativo. A inserção dos portugueses na sociedade Andorrana parece ter ocorrido de forma pacífica.

O trabalho realizado contribuiu assim para o aprofundamento do conhecimento da comunidade portuguesa em Andorra, principalmente dos empreendedores, bem como para o conhecimento do tipo de empresas que os emigrantes portugueses possuem no seu país de acolhimento, e avaliar a sua integração social.

Abstract

This dissertation focuses on the entrepreneurship of the Portuguese in Andorra. This research is part of a broader project that extends to other European territories (Monaco, Nice and London) entitled “Portuguese Immigrant Entrepreneurship in Andorra , London, Nice and Monaco” in which the proponent institution is the Center for Population Studies, Economy and Society (CEPESE), and is being funded by the Foundation for Science and Technology (FCT) between 2012 and 2015 . The main objectives of the study are to characterize the type of business the Portuguese emigrant in Andorra; assess the level of integration in the society where they are working and contribute to a better understanding of the entrepreneurship outside the country of origin.

We used a quantitative approach, using for this purpose, an inquiry per questionnaire for the social-demographical characterization of the companies, using a convenience sample of 51 entrepreneurs gathered in the first half of 2013. Regarding the companies, we used a database consisting of two hundred companies with holders of Portuguese nationality in accordance with the Registration of Business Activities of the Government of Andorra (2009).

The results reveal that most of the companies run by the Portuguese in Andorra are small and that they take on a family pattern. Most of the companies in the study focus on areas of local business, services and restaurants, with the latter area corresponding to 58.8 % of the total sample. Regarding membership to an association, only 27.5 % of respondents said to belong to an associative movement. The integration of Portuguese in the Andorran society seems to have occurred peacefully.

The work done thus contributed to a deeper understanding of the Portuguese community in Andorra, mainly entrepreneurs, as well as knowledge of the type of companies that Portuguese emigrants have in their host country, and evaluate their social integration.

Índice

Introdução.....	11
Parte I - Contextualização teórica do empreendedorismo e da emigração portuguesa	16
Capítulo 1- A evolução do conceito de empreendedorismo e as teorias atuais.....	17
1.1-A evolução do empreendedorismo.....	17
1.2- O conceito de empreendedorismo	23
1.2.1- Modelos teóricos.....	23
1.2.2- Teorias atuais do empreendedorismo.....	27
1.2.3-O empreendedorismo social.....	32
1.3-Definição de empreendedor.....	35
1.4-Estudos realizados até ao momento sobre o empreendedorismo emigrante.....	37
1.5-O empreendedorismo na economia	40
1.6- Notas conclusivas.....	43
Capítulo 2- A emigração Portuguesa na Europa	44
2.1-As várias etapas de emigração portuguesa	44
2.1.1- Fase transoceânica	47
2.1.2- A emigração para a Europa Ocidental	49
2.1.3- A imigração em Portugal.....	51
2.1.4- A fase “fuga de cérebros”	53
2.2-A emigração portuguesa em Andorra	56
2.3- Andorra.....	58
2.3.1- Legislação para a emigração	60
2.3.2-Empresas portuguesas em Andorra	61
2.4- Notas conclusivas.....	63
Parte II - Análise do empreendedorismo dos portugueses em Andorra	65
Capítulo 3- Metodologia e breve caracterização da amostra	66
3.1- Enquadramento metodológico	66
3.2- Limitações e soluções.....	66
3.3- Questões e objetivos de investigação	67
3.4- Opções metodológicas	67
3.5- Breve caracterização da amostra.....	69
3.6- Notas conclusivas.....	70
Capítulo 4- Caracterização do empreendedor emigrante em Andorra	71
4.1- Emigração	71

4.1.1- Tempo de permanência.....	71
4.1.2- Processo migratório.....	72
4.2- Caracterização das empresas em estudo	74
4.3-Participação associativa	82
4.4- Notas conclusivas.....	88
5- Considerações finais	89
Bibliografia	92
Anexos.....	98
Anexo 1 – Inquérito aplicado aos empreendedores Portugueses em Andorra	99
Anexo 2- Guião da entrevista	110

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de Gartner para o empreendedorismo.....	25
Figura 2 - O empreendedorismo no processo de crescimento económico.....	42
Figura 3 - População estrangeira residente em Portugal (Milhares e %), 1980-2009.....	51
Figura 4 - Emigração total segundo o país de destino 2002.....	54
Figura 5 - Estimativas da população portuguesa e de origem portuguesa em Angola, 2003-2009	54
Figura 6 - Nacionalidade dos habitantes de Andorra de 1963 a 2003.....	56
Figura 7 - Nacionalidade dos habitantes de Andorra de 2004 a 2012.....	56
Figura 8 - Divisão administrativa de Andorra.....	58
Figura 9 - População residente em Andorra por nacionalidades em 2012.....	59
Figura 10 - Número de proprietários das empresas em Andorra por nacionalidade.....	61
Figura 11 - Empresas portuguesas em Andorra localizadas por paróquia.....	62
Figura 12 - Anos de saída por grupos de Portugal dos inquiridos.....	71
Figura 13 - Fatores que motivaram a saída de Portugal.....	73
Figura 14 - Área de atividade dos inquiridos.....	74
Figura 15 - Exemplo de um interior num café/restaurante em Andorra la Vella.....	77
Figura 16 - Exemplo de um gabinete de contabilidade onde se faz a ligação em termos burocráticos com Portugal, com indicação na fachada do estabelecimento, em Escaldes-Engordany.....	77
Figura 17 - Faturação anual.....	78
Figura 18 - Número de empregados.....	79
Figura 19 - Obstáculos encontrados pelos inquiridos no processo de formação da sua empresa.....	81
Figura 20 - Painel de patrocinadores na Casa Portuguesa.....	84

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução da semântica do termo empreendedor e empreendedorismo.....	20
Quadro 2 - Estrutura para ambientes empreendedores segundo Gnyawali e Fogel.....	26
Quadro 3 - Características mais frequentemente atribuídas aos empreendedores pelos comportamentalistas.....	30
Quadro 4 - Eixos de referência na definição de empreendedorismo.....	32
Quadro 5 - Definições de empreendedor.....	36
Quadro 6 - Características dos inquiridos.....	68
Quadro 7 - Área de atividade e sexo do inquirido.....	76
Quadro 8 - Situação atual na profissão.....	79
Quadro 9 - Tipo jurídico da empresa e sexo do inquirido.....	80
Quadro 10 - Grupos de anos de saída de Portugal e participação associativa do inquirido.....	84

Listagem de Abreviaturas e Siglas

C.E. - Comissão Europeia

C.E.P.A. - Clube de Empresários Portugueses em Andorra

C.P.L.P. - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

I.N.E. - Instituto Nacional de Estatística

F.C.T. - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

G.E.M. - Global Entrepreneurship Monitor

N.U.T.S. - Nomenclaturas de Unidades Territoriais - para fins Estatísticos

O.E.C.D. - Organization for Economic Co-operation and Development

O.C.D.E. - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

P.A.L.O.P. - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

U.E. - União Europeia

S.P.S.S. - Statistical Package for the Social Sciences

Introdução

Na sociedade atual, que podemos designar por sociedade da informação, que sucedeu à sociedade pós-industrial, o empreendedorismo tem um papel ascendente no desenvolvimento da mesma. A rápida mudança comportamental ocorrida na sociedade aconteceu sustentada, sobretudo, em novas concepções, criações e conhecimento generalizado. Esta atingiu uma aceleração espontânea que conduziu a uma mudança profunda no estilo de vida das pessoas, transformando, claramente, as suas pretensões e conquistas.

O empreendedorismo pode ser compreendido como uma das práticas de acesso a um posto no mercado de trabalho, num território a explorar. O estudo do empreendedorismo envolve várias áreas do conhecimento, que na maior parte das circunstâncias, se encontra diretamente relacionado com o processo de desenvolvimento económico, na medida em que, quando se instala um negócio, por mais pequeno que seja, este tende a gerar algum tipo de dinamismo económico no território circundante. A criação de emprego e o incremento de riqueza local, são as mais evidentes particularidades de um qualquer negócio. Podemos, deste modo, considerar a Economia como a primeira ciência a tratar o fenómeno do empreendedorismo, seguida posteriormente de outras, tais como a Geografia, a Sociologia e a Psicologia, revelando estas ciências motivações diferentes de investigação, desde o estudo do indivíduo empreendedor aos locais onde se instalam e à própria dimensão do negócio.

O empreendedorismo dos emigrantes é uma das vertentes do fenómeno migratório, sendo esta uma atividade independente do ato da emigração, pois acresce diversas razões e motivações que serão expostas ao longo da presente dissertação. Existem várias teorias que tentam justificar o empreendedorismo emigrante, sendo difícil eleger apenas uma, pois o fenómeno abrange realidades complexas: sociais, pessoais, financeiras, culturais, do conhecimento do indivíduo, influenciados inclusive pelo país de destino.

O processo de empreender, é difícil dado acarretar um amplo conjunto de 'pré-requisitos', claramente amplificados no país de destino. Como poderemos ver, a implementação de um empreendimento, por parte de um emigrante, é um ato revelador de alguma maturação da realidade migratória, além de manifestar o conhecimento da língua, da legislação, do tipo de trabalho e da integração na sociedade.

A mobilidade populacional constitui parte da evolução comportamental do ser humano. Na história da humanidade, assistimos à deslocação de pessoas, sendo esta distinta, no que concerne aos percursos e distâncias, dependendo do meio de transporte utilizado, do destino e origem, e dos fluxos migratórios. A Geografia tem demonstrado interesse pelo estudo das migrações, bem como outras ciências sociais, nomeadamente a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a Demografia e a História adquirindo esta temática um carácter multidisciplinar. Demonstrando um interesse significativo pelo tema, a comunidade científica, só recentemente incrementou a quantidade de trabalhos de carácter interdisciplinar, denotando a preocupação de muitos investigadores em diversificar a sua abordagem, recorrendo a várias áreas científicas, para a conceção dos seus quadros conceptuais.

Na conjuntura atual de Portugal, muitos portugueses deparam-se com a necessidade de procurar novos mercados de trabalho pelo mundo fora. A emigração é compreendida como uma mudança nas suas vidas, abrindo-lhes novos horizontes em territórios desconhecidos. Estes portugueses procuram conquistar novos mercados de trabalho, como, noutros tempos, conquistaram terras para além do mar. Contrariamente ao surto de emigração que surgiu na década de 60 do século XX, estes migrantes são qualificados e, no futuro, serão novos conquistadores de mercados mundiais.

Shumpeter, na sua obra clássica de 1911, intitulada "Teoria do Desenvolvimento Económico" (*in* Barros e Pereira, 2008), argumenta que os empreendedores são a força motora do crescimento económico, pois introduzem inovações no mercado, que ultrapassam os produtos e as tecnologias existentes.

O empreendedorismo constitui, sem dúvida, uma mais-valia para o desenvolvimento económico e social de um território, ou mesmo de um país, especialmente das microempresas, que criam e desenvolvem várias atividades económicas locais,

favoráveis ao desenvolvimento do mesmo. Estes argumentos são suficientes para justificar o esforço de investigação da temática (Comissão Europeia, 2003).

A presente dissertação debruça-se sobre o empreendedorismo dos portugueses em Andorra, e pretende estudar os empresários portugueses nela instalados, tendo por base o diagnóstico feito a duzentas empresas com titulares de nacionalidade portuguesa, de acordo com o Registo de Atividades Comerciais do Governo de Andorra (2009). Integra-se num projeto mais abrangente, que se debruça sobre outros territórios europeus (Mónaco, Nice em França e Londres em Inglaterra), e que está a ser financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia; iniciado em 2012, terminará em 2015.

A presente dissertação é norteada pelos seguintes objetivos:

- caracterizar o tipo de negócio do emigrante português em Andorra;
- aférir o nível de integração na sociedade local;
- contribuir para um melhor conhecimento do empreendedorismo fora do país de origem.

No decorrer da presente investigação pretendeu-se delinear boas práticas de inserção e implementação de um projeto empreendedor num país europeu.

As questões de partida que orientaram a investigação realizada foram as seguintes:

O que é o empreendedorismo? Que tipo de negócio o emigrante português desenvolve em Andorra? Qual é o nível de integração do emigrante português em Andorra?

No que concerne às hipóteses de trabalho iniciais, tendo em conta os objetivos definidos e as questões de partida, considerámos duas hipóteses de trabalho. A primeira centra-se no pressuposto de que os portugueses emigrantes em Andorra estão envolvidos, sobretudo, em negócios de carácter tradicional, tais como, minimercados, garrafeiras, restaurantes e padarias, tendo por finalidade a comercialização de produtos portugueses, num principado europeu, neste caso Andorra. Apesar de a maioria dos estabelecimentos estarem vocacionados para a venda de produtos portugueses, também consideramos que há outro tipo de negócio como os serviços, nomeadamente

cabeleireiros, limpezas, construção, indústria e agricultura nos quais os emigrantes portugueses investem.

A segunda hipótese considerada relaciona-se com a integração dos empreendedores portugueses na sociedade Andorrana, que consideramos ser razoável. Tentaremos avaliar o nível de integração dos empreendedores portugueses em Andorra, a nível associativo, cultural, desportivo, político, de solidariedade social e empresarial.

A metodologia utilizada na investigação realizada passou por uma análise detalhada da bibliografia referente à temática do empreendedorismo e da emigração portuguesa, como auxiliar da elaboração do estado da arte. A metodologia quantitativa baseia-se na realização de 51 inquéritos, entre 15 e 29 de Março de 2013, usando uma amostra por conveniência, aos potenciais fatores do empreendedorismo, ou seja, aos indivíduos que se encontram numa posição de gerência ou responsabilidade no seio de entidade empresarial e constituiu a nossa fonte principal de recolha de dados. Estes inquéritos foram complementados, na mesma data, com 7 entrevistas semi-estruturadas, que nos permitiram uma análise individualizada das respostas obtidas, assim como a posterior redação de histórias de vida, e que podem complementar a informação colhida nas respostas ao questionário. Também se realizou observação não participante no lugar onde foram realizados os questionários. Seguidamente procedeu-se à análise dos dados recolhidos, com o auxílio do programa, SPSS Statistics (versão 20.0).

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte, intitulada “Contextualização teórica do empreendedorismo e da emigração portuguesa”, divide-se em dois capítulos. O primeiro capítulo reporta-se à evolução do conceito de empreendedorismo e às teorias atuais, no qual é desenvolvida a temática do empreendedorismo. O segundo capítulo refere-se à emigração portuguesa na Europa, retratando-se a evolução das últimas décadas e o atual cenário da mesma. A segunda parte, intitulada “Análise do empreendedorismo dos portugueses em Andorra” integra um capítulo em que se procede à análise empírica da dissertação.

Pretende-se que a presente investigação contribua para o melhor conhecimento do ato empreendedor por parte dos emigrantes portugueses no país de acolhimento, sendo este Andorra, mas muitas vezes associado apenas ao emigrante no momento de

regresso ao seu país de origem. Desejámos ainda contribuir para a divulgação de uma comunidade de emigrantes portugueses bastante representativa no país de origem, e pouco popular em termos de conhecimentos em relação à mesma em Portugal.

Este estudo conta com o interesse inerente de todos aqueles, que tenham alguma curiosidade relacionada com o comportamento empreendedor dos emigrantes portugueses num país europeu, bem como na descoberta do tipo de negócio desenvolvido pelos portugueses fora do seu país de origem, e ainda na integração social emigrante no país de acolhimento, e o seu comportamento no referente movimento associativo.

**Parte I - Contextualização teórica do empreendedorismo e da
emigração portuguesa**

Capítulo 1 - A evolução do conceito de empreendedorismo e as teorias atuais

No presente capítulo pretendemos abordar as diferentes perspectivas do conceito de empreendedorismo, baseando-nos em alguns estudos sobre esta temática, onde apresentamos os fundamentos teóricos que sustentam esta dissertação. A revisão da literatura tem como intuito a visão histórica do empreendedorismo e do empreendedor, sendo este a figura crucial do processo, assim como, as suas pretensões e necessidades. A importância do empreendedorismo como motor económico e, social e a forma como se ramifica, são igualmente abordados no decorrer deste capítulo. A recente conceptualização do empreendedorismo, nomeadamente o empreendedorismo social, é a temática abordada na parte final do capítulo.

1.1 - A evolução do empreendedorismo

De acordo com o senso comum o empreendedorismo está diretamente relacionado com o início de um negócio, por iniciativa de um indivíduo ou um grupo de indivíduos. Consideramos que esta interpretação é bastante limitativa, pois o empreendedorismo abrange diferentes dimensões teóricas e práticas, dependendo do contexto histórico e geográfico onde se insere. Contudo, este conceito liberal possivelmente é das primeiras interpretações comuns, na abordagem desta temática.

O estudo do empreendedorismo tem vindo a despertar o interesse de investigadores tendo a sua origem nos trabalhos de Cantillon (1775), de Say (1845), de Mill (1848) e de Shumpeter (1934). Cada um destes autores identifica diferentes visões do empreendedorismo. Shumpeter, em 1934 faz referência ao empreendedor como um inovador, enquanto em 1848, Mills definiu o empreendedor como alguém que assumia riscos e tomava decisões. Numa definição mais recente, Winslow e Solomon (1988) referem o empreendedor como um sociopata moderado (*in*: Rosário, 2007).

Existem várias definições para o mesmo termo, com algumas divergências, que dificultam a definição do empreendedorismo (Gartner, 1989; Fillion, 1999; Sakar, 2010). Esta particularidade do estudo do empreendedorismo remete-nos para o seu

desenvolvimento histórico e as alterações nas suas definições. As raízes do empreendedorismo podem ser encontradas na época medieval (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009). Todavia, foi no processo de industrialização que o conceito de empreendedorismo se desenvolveu. O principal momento desta transição passa pela transformação do modelo artesanal para o modelo industrializado. No entanto, não será demais frisar que os empresários artesanais ainda subsistem atualmente, mantendo técnicas tradicionais e as artes ancestrais que ainda perduram ao longo dos tempos (McNeil *et al.*, 2004, *in* Rosário, 2007).

Até ao século XV, os termos que se usavam para descrever o empreendedor eram o de aventureiro, empresário e projetista (ver Quadro 1). O intermediário, numa fase inicial, é Marco Polo, que tentou estabelecer rotas comerciais para o Extremo Oriente, sendo que este assinava um contrato com uma pessoa de recursos para vender as suas mercadorias. Por outro lado, vemos o capitalista que assumia riscos, o comerciante aventureiro que assumia um papel ativo no negócio. O projetista, durante a Idade Média, era o principal responsável pelas grandes obras, como a construção de castelos, fortificações e catedrais (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009).

Abordando a forma como apareceu a palavra “empreendedorismo”, deparamo-nos com a origem do termo *entrepreneur* na língua francesa, por volta dos séculos XVII e XVIII, que, traduzido para português, significa “aquele que está entre” ou “intermediário” (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009), ou mesmo alguém que “empreende” (Dess, 1998). Aparece ainda com a particularidade de designar indivíduos capazes de estimular o desenvolvimento económico ao descobrirem formas aperfeiçoadas e diferenciadas de ação em sociedade (Cantillon, 1759 *in* Gonçalves, 2009).

Foi durante o século XVII que ocorreu, pela primeira vez, a ligação do risco ao conceito de empreendedorismo, com o empreendedor a assumir um contrato com o Governo, para desempenhar um serviço ou fornecer produtos estabelecidos. O valor do contrato era fixo e todos os lucros ou prejuízos obtidos eram da responsabilidade do empreendedor. Um empreendedor conhecido deste período foi o francês John Law (1716), que era francês e que conseguiu um contrato para criar um banco real. Foi um caso de sucesso, e o banco evoluiu para uma empresa comercial, mas que mais tarde

levou à falência de Law, devido ao facto de este tentar aumentar o valor das ações da empresa, superando o valor do seu património, conduzindo-o à sua própria ruína (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009).

Richard Cantillon foi um notável economista e escritor francês que desenvolveu uma das primeiras teorias do empreendedorismo no século XVIII. Compreendeu o erro de Law, sendo considerado o criador do termo numa forma aproximada do significado que este assume atualmente. Cantillon no seu ensaio "*Éssai sur la nature du commerce en general*", em 1755, descreve o empreendedor como uma pessoa que paga um determinado preço por um produto para o vender a um preço incerto, tomando decisões sobre como obter e usar recursos assumindo um risco empresarial (Sarkar, 2010). Observando os comerciantes, fazendeiros e outros proprietários individuais, descrevia o empreendedor como uma pessoa que comprava matéria-prima, a processava e vendia a uma outra pessoa já como um produto acabado. O empreendedor era assim considerado como uma pessoa que identificava uma oportunidade de negócio, assumia um risco ao adquirí-lo, processava-o e revendia-o como produto. Também o economista Adam Smith, no seu trabalho *Wealth of Nations*, em 1776, refere os empreendedores como pessoas que reagem às alterações da economia, trabalhando como agentes económicos que transformam a procura e a oferta (Sarkar, 2010).

Ainda no século XVIII assistiu-se a uma diferenciação do indivíduo que fornecia o capital (atualmente apelidado por "investidor de risco") e a do empreendedor. Uma das causas que contribuiu para esta distinção foi a industrialização. Muitas das mudanças que se verificavam estavam relacionadas com as invenções e estas podiam ser ou não financiadas, logo quem dispunha de financiamento estaria numa posição favorável. Um investidor de risco é um administrador profissional de dinheiro, que faz investimentos de risco de um montante de capital próprio, com o intuito de obter uma alta taxa de retorno sobre os investimentos. Os empreendedores poderiam ou não recorrer a este tipo de capital (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009).

No século seguinte, em 1848, foi Mill (Sarkar, 2010), que referiu o empreendedorismo como a base da empresa privada. Para o autor, o empreendedor é a pessoa que corre riscos e toma decisões, e gere recursos limitados para o lançamento de novos negócios.

Carl Menger, na sua obra *Principles of Economics*, datada de 1871, define o empreendedor como aquele que transforma recursos em produtos e serviços úteis, criando oportunidades para estimular o crescimento industrial (Sarkar, 2010). Em 1803, o autor Jean Baptiste Say defende que o empreendedor é o agente que transfere recursos económicos de um sector de produtividade mais baixo para um sector de produtividade mais elevado (Sarkar, 2010). Say também apresentou alguns requisitos necessários para o ato de se ser empreendedor, tais como: a aptidão de tomar decisões, a perseverança e um conhecimento generalizado acerca do mundo, assim como o domínio na área dos negócios e a capacidade de gestão (Rosário, 2007).

Quadro 1 - Evolução da semântica do termo empreendedor e empreendedorismo

Século	Vocábulo	Definição associada
XII	<i>Entreprendre</i>	Fazer algo (conotação económica)
XIII	Aventureiro Empresário	Experiência desconhecida; Próprio risco; Tarefa do governo; Homem honesto
XIV	Projeto Projetista	Especulador
XV	Contratante Empreendedor	Assume algum risco
XVI	Contratante Empreendedor Clérigos	Alguma ação bélica violenta Grandes contratos com a coroa
XVII	Contratante Empreendedor	Suportar Riscos
XVIII e XIX	Empreendedor -Cantillon -Say	Melhorar a economia Empreendedor =Renda certa Empreendedor =Renda incerta

Fonte: Kyrö (1996, *in* Rosário, 2007: 6).

Posteriormente, no final do século XIX e início do século XX, não se fazia a distinção entre empreendedores e gerentes. Sinteticamente estes eram interpretados sob uma perspetiva económica, como os que compravam o produto ao preço de mercado, e contribuía com a sua própria iniciativa e engenho, na administração e organização da empresa. E conseqüentemente assumindo a possibilidade de perdas e lucros.

Esta perspetiva deu origem a duas novas formas de empreendedorismo: o empreendedorismo e o intra-empreendedorismo. A primeira contempla os empreendedores com atividades exteriores às organizações e a segunda reporta-se aos empreendedores que se encontram a exercer no interior das organizações. Esta visão do empreendedorismo modera dois fenómenos distintos: o comportamento coletivo *versus* o comportamento individual.

O intra-empreendedorismo é uma abordagem reveladora da capacidade de auto-motivação, por parte dos que o praticam, pois, deste modo, alcançam resultados positivos em favor da empresa onde laboram. Estes resultados devem ser concretos e avaliáveis quanto à produtividade e à inovação da empresa, sendo esta uma boa prática no desenvolvimento empresarial. Em circunstâncias adequadas para o praticar, os colaboradores ou funcionários devem ter liberdade para agir de forma diferenciada e com capacidade de colaborar em favor do desenvolvimento da empresa transformando desta forma, cada um deles num empreendedor.

No século XX, assistimos ao aumento do interesse pelo empreendedorismo. A ciência influenciou o seu estado e principalmente a sua evolução. Por ilação, o empreendedorismo assumiu um desígnio mais concreto e científico. Em 1901, Andrew Carnegie determinou a ligação entre o empreendedor e a inovação (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009), associando as novas criações, invenções, experiências tecnológicas jamais trabalhadas, com o objetivo de introduzir um novo produto no mercado, ou um produto antigo com uma nova forma. Isto leva a uma nova comercialização de produtos, organizando um novo sector. O ato de criar algo novo é um desafio para o empreendedor o que continua a ser estimulado na atualidade. Segundo Carnegie, o conceito de inovação é parte integrante do empreendedorismo (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009).

O economista austríaco Joseph Schumpeter elucida, em 1934, a ideia de empreendedor, adotando uma abordagem dinâmica, chamando a atenção para o empreendedor que procura incrementar a inovação no mercado (Graravan *et al.*, 1997). Consegue aceder a uma cota de mercado lentamente e, com esta cota, conquista os mercados de produção existentes, dando lugar à criatividade. Este processo foi designado de “destruição

criativa”. Por outro lado, Knight em 1921, atribuiu aos empreendedores competências e qualidades que lhes permitiam analisar a realidade de uma forma diferenciada, preparando-os para assumir riscos em situação de incerteza (Sarkar, 2010).

Schumpeter, em 1911, destacou-se dos demais economistas, aquando da publicação do livro “Teorias do desenvolvimento económico”. Foi, sem dúvida, um ator de destaque do século XX, referido em grande parte dos estudos de empreendedorismo, dada a sua importância para a promoção do desenvolvimento. Este foi responsável não só pela associação da inovação ao empreendedorismo, ligada ao lucro e aos riscos, mas também pela criação de novos produtos e a exploração de novos mercados (Rosário, 2007).

Para Schumpeter, o empreendedor torna-se responsável pela execução de novas convenções. Estas podem ser realizadas de várias formas: a introdução de um novo produto; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a aquisição de uma nova fonte de oferta de materiais; e a criação de uma nova empresa (Sarkar, 2010). Provavelmente, das abordagens que já referimos, a de Schumpeter é a mais próxima do conceito utilizado atualmente. O autor remete para o empreendedor o papel fundamental do desenvolvimento económico, do progresso da sociedade, como agente responsável pela introdução de novos produtos no mercado, que pretendem substituir os já existentes, através da inovação. Também, em 1973, Kirzner destacou o papel do empreendedor como agente dinamizador do equilíbrio dos mercados (Rosário, 2007).

Um facto que podemos constatar é que os empreendedores descritos pelos vários autores mencionados executavam a função de criar uma empresa. Contudo, segundo Dess (1998) fundar uma empresa não é a essência do empreendedorismo. Ainda assim, estes autores e as suas teorias, como a da inovação de Schumpeter, ainda prevalecem na abordagem contemporânea e atual do termo.

É interessante constatar que a definição de Schumpeter que vê a inovação como parte integrante do conceito de empreendedorismo, está referida noutros estudos mais recentes, como o de Drucker (1993), de Morris (1998) e de Sarkar (2010), que se apoiam na definição de Schumpeter e invocam a inovação constante como um fator determinante no empreendedorismo.

Encontramos, contudo, outras formas de interpretar o empreendedorismo, as quais não estão apenas associadas à inovação, como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, e que iremos desenvolver de seguida.

Na atualidade, a importância do empreendedorismo é cada vez mais difícil de ignorar, assim como os empreendedores. Mas o empreendedorismo não é apenas uma ocupação e por esta razão, os empreendedores são uma classe profissional. Estes podem mesmo exibir somente o seu empreendedorismo durante uma fase da sua carreira mas não deixam de o ser (Wennekers e Thurik, 1999).

1.2 - O conceito de empreendedorismo

1.2.1 - Modelos teóricos

A literatura sobre o empreendedorismo é vasta e diversificada. Nela podemos encontrar diversos modelos teóricos que relacionam os condicionantes positivos e negativos no desenvolvimento da atividade empreendedora. Neste subponto, apresentamos alguns destes modelos e as suas principais linhas de pensamento.

Na visão de Gartner (1985) a conceção de um novo negócio é um fenómeno multidimensional. Cada variável apresentada descreve somente uma única extensão do fenómeno, não podendo este ser observado de forma isolada.

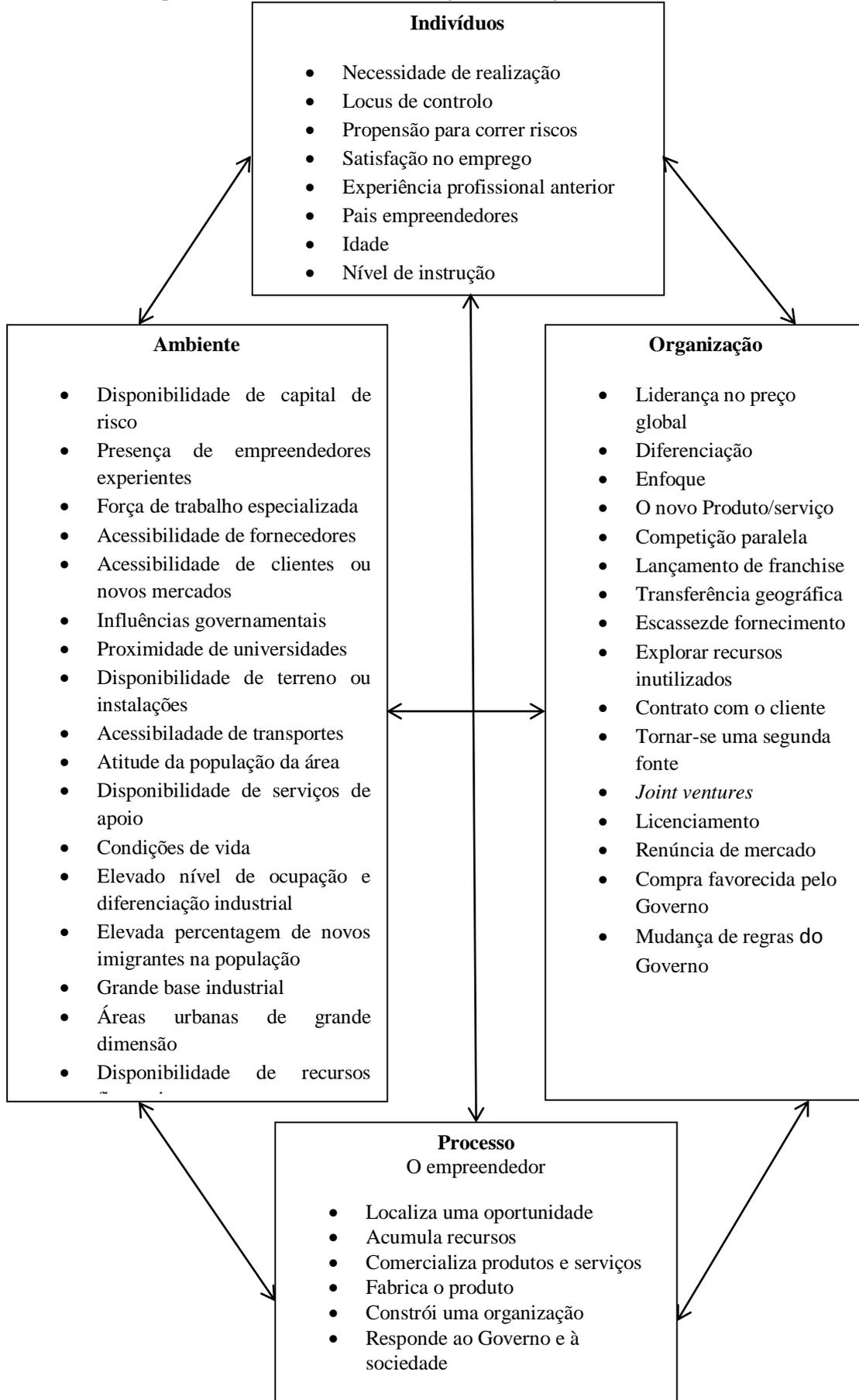
O modelo de Gartner para o empreendedorismo destaca quatro dimensões essenciais: o Indivíduo, o Ambiente, a Organização e o Processo (Figura 1). Neste, podemos constatar a complexidade da criação de novos negócios.

As dimensões são constituídas por variáveis adjacentes, e torna-se importante perceber que as variáveis de cada dimensão se interagem com as das restantes dimensões. O indivíduo remete-nos para as pessoas que estão ligadas à criação de novos negócios. A estes são associadas várias características, como o conhecimento do ramo de negócio, as

particularidades psicológicas e outras qualidades individuais. A “Organização” indica-nos a tipologia da empresa, as barreiras à criação da mesma e as suas estratégias de integração no mercado. O “Ambiente” retrata a situação que envolveu e proporcionou a criação da nova empresa. São apontados vários fatores que poderiam incentivar o empreendedorismo. Por último, é considerado o “Processo”, que se refere ao empreendedor e às suas ações no início de um novo negócio.

Gartner (1985) afirma que a sua intenção não é criar um modelo específico sobre o qual as novas empresas são geradas. O autor procura uma nova abordagem de empreendedorismo de forma a chamar atenção para compreender, na íntegra, como se criam novos negócios. Contudo distancia-se da forma homogénea do processo empreendedor, e considera a complexidade da criação de novos negócios

Figura 1 - Modelo de Gartner para o empreendedorismo



Fonte: Gartner, 1985: 702.

A estrutura para ambientes empreendedores de Gnyawali e Fogel (1994) citado por Bernardes 2011, divide os ambientes empreendedores em cinco dimensões: políticas e procedimentos governamentais, condições socioeconómicas, capacidades empreendedoras e de negócio, apoio financeiro, e não financeiro (Quadro 2).

Quadro 2 - Estrutura para ambientes empreendedores segundo Gnyawali e Fogel

Estrutura para os Ambientes Empreendedores: 5 Dimensões	
Políticas e Procedimentos Governamentais	Assistência Financeira
Restrição de importações e exportações Elaboração de leis para a falência Obstáculos ao lançamento Requerimentos processuais para registo e licenciamento Número de instituições a que os empreendedores reportem Regras e regulamentos que governam as actividades empreendedoras Leis para proteger os direitos de propriedade	Capital de risco Fontes alternativas de financiamento Empréstimos de baixo custo Vontade das instituições financeiras financiarem os pequenos empreendedores Programa de garantia de crédito para empresas na sua fase de arranque Concorrência entre as instituições financeiras
Condições Socioeconómicas	Assistência não Financeira
Atitude pública face ao empreendedorismo Presença de empreendedores experientes Exemplos de sucesso Existência de pessoas com características empreendedoras Reconhecimento de <i>performance</i> empreendedora exemplar Proporção de pequenas empresas na população de empresas Diversidade de actividades económicas Existência de crescimento económico	Serviços de aconselhamento e apoio Redes empresariais Instalações de incubadoras Programas de aquisição do Governo para as pequenas empresas Apoio do Governo à investigação e desenvolvimento Incentivos e isenção de impostos Redes locais e internacionais de informação Meios de transporte e de comunicação modernos
Capacidades Empreendedoras e de Negócio	
Educação técnica e vocacional Educação empresarial Programas de formação para empreendedorismo Programas de formação técnica e vocacional Disponibilidade de informação	

Fonte: Gnyawali e Fogel,1994: 46 *in*: Bernardes, 2011: 24.

Estes dois modelos teóricos apresentados são relevantes, na medida em que a sua análise nos permite compreender várias condicionantes e incentivos ao empreendedorismo.

1.2.2 - Teorias atuais do empreendedorismo

Como se referiu anteriormente, deparamo-nos com várias interpretações do conceito de empreendedorismo. Os diferentes autores utilizam distintas explicações para o fenómeno de empreender, indo de encontro à sua área de especialização, como poderemos descrever neste *item*.

Na linha de pensamento de Schumpeter, Kirzner (1973, 1997, citado por Sarkar, 2010), defende que os empreendedores colocam o mercado em equilíbrio, e caracteriza-os como indivíduos que estão atentos, às oportunidades de negócio lucrativas, e utilizam a informação de que dispõem, para formular hipóteses de utilização eficiente dos recursos.

Peter Druker (1993, citado por Sarkar, 2010) segue este desígnio, dado assumir que assume que o empreendedor deve usar a inovação como uma ferramenta. Para este autor, o facto de alguém abrir um negócio não é suficiente para ser considerado um ato de empreendedorismo, pois nem todos os pequenos empresários são empreendedores. Não obstante, na sua opinião, aqueles negócios que não incrementem realmente algo de novo e inovador, tais como as pequenas lojas familiares de venda de doces, não devem ser associados a um comportamento empreendedor. Neste caso, os indivíduos correm riscos, mas efetivamente, não há nada de especialmente inovador, e, se assim fosse, talvez se caísse no erro de associar o empreendedorismo exclusivamente ao autoemprego. Seguindo esta interpretação teórica, os empreendedores devem manter a inovação bem presente nos seus empreendimentos, sendo esta uma forma de alcançar o sucesso (Sarkar, 2010).

Por outro lado, Hayek (1937, 1959 citado por Filion, 1999) demonstrou que aos empreendedores cabia o papel de informar o mercado a respeito de novos elementos, enquanto Knight (1921, citado por Filion, 1999), apresentou os empreendedores como

indivíduos que arcavam com riscos, devido ao estado de incerteza inerente ao seu trabalho, e, em oposição, estes seriam de alguma forma compensados com os lucros obtidos nas suas atividades.

Os economistas fundamentaram-se essencialmente em modelos quantitativos para descrever o empreendedorismo, ou numa perspectiva de abertura de um negócio (seguindo Say), ou na da inovação, na linha de Schumpeter. Mas, como se referiu anteriormente, encontramos mais áreas envolvidas no estudo do empreendedorismo, que surgiram sobretudo durante a década de oitenta do século XX. As principais ciências a debruçarem-se sobre o estudo do empreendedorismo foram as ciências humanas (*e.g.*, a Geografia, a Gestão, a Administração, a Sociologia), e a Psicologia, computando assim o comportamento do sujeito como um determinante do sucesso. As várias disciplinas rapidamente procuraram novas abordagens, que se diferenciavam das linhas economicistas, o que resultou na mudança conceptual do termo.

Numa visão de análise do comportamento dos empreendedores, McClelland (1972, citado *in* Soares, 2002), um psicólogo social que se demarcou, impulsionando o estudo das características, personalidade e comportamento do empreendedor, chamando a atenção para a influência dos heróis da literatura, tendo como principal ilação, que as próximas gerações teriam esses heróis como modelos e tenderiam a imitá-los, no que diz respeito ao seu comportamento. Na sequência deste pensamento, McClelland entende que, pelo facto de os heróis superarem obstáculos e estenderem o limite do possível, seriam importantes referências para as populações em todo o mundo. Para ele, uma comunidade organizada sob essa influência, seria facilmente desenvolvida e procuraria a busca pela realização.

A sua extensa pesquisa em vários países permitiu a McClelland, encontrar um conjunto de características do comportamento dos empreendedores. Verificou nos empresários de sucesso um elemento psicológico marcante, denominado pelo autor como a “motivação pela realização” ou “impulso para melhorar”, sintetizando que os empreendedores estão constantemente na busca da realização (McClelland, 1970 e 1972, *in* Soares, 2002). Em suma, o autor define o empreendedor como uma pessoa que

ambiciona o sucesso e, para o atingir, é capaz de assumir os riscos necessários (Roberts, 1991 *in* Rosário, 2007).

Apesar de outros autores estudarem o comportamento dos empreendedores, Fillion (1999), baseando-se em vários desses estudos, realça que, até ao momento, ninguém parece ter comprovado a efetiva conexão entre a necessidade de realização e o sucesso dos empreendedores. No entanto, o mesmo autor refere que Timmons (1973) descobriu que um grupo de pessoas que participaram em seções de treino para reforçar as necessidades de realização, tomaram mais iniciativas de abrir os seus negócios, comparadas com pessoas de outros grupos.

Não obstante os vários estudos realizados, na tentativa de definir os traços da personalidade do empreendedor, não se chegou ainda a um determinado perfil. Apesar da falta de um perfil psicológico científico dos empreendedores, existe um conjunto de características mais frequentes, na psicologia empreendedora, conforme podemos observar no Quadro 3.

As características mais frequentemente atribuídas aos empreendedores são claramente constituídas por fatores distintos, no comportamento de cada empreendedor. Isto significa que um empreendedor não terá obrigatoriamente de deter todas estas qualidades. As que podemos destacar das demais, seriam a energia, o otimismo e a independência, pois estas estão claramente associadas à iniciativa, assim como a persistência, juntamente com a criatividade, a inovação e a originalidade, que são igualmente importantes.

Quadro 3 - Características mais frequentemente atribuídas aos empreendedores pelos comportamentalistas

Características dos empreendedores			
Inovação	Criatividade	Otimismo	Iniciativa
Liderança	Energia	Originalidade	Autoconsciência
Riscos Moderados	Tenacidade	Flexibilidade	Autoconfiança
Independência	Necessidade de realização	Orientação para resultados	Envolvimento a longo prazo
Sensibilidade a outros	Habilidade para conduzir situações	Capacidade de aprendizagem	Habilidade na utilização de recursos
Tolerância à ambiguidade e à incerteza	Agressividade em relação aos objetivos	Tendência a confiar nas pessoas	Dinheiro como medida de desempenho

Fonte: Hornaday (1982); Meredith, Nelson & Neck (1982); Timmos (1978) in (Filion, 1999: 9).

Como mencionámos antes, após inúmeras pesquisas sobre o perfil do empreendedor, não se chegou a um consenso no que concerne à definição de empreendedor, pois cada autor tem a sua própria perspectiva. Na visão de Say (século XVIII), o empreendedor teria que assumir o risco, utilizar os recursos de acordo com o aumento da produção, sendo que, desta forma, deveria promover o desenvolvimento económico. Para Filion (2000) e Dolabela (1999) (*in* Silva, Correia, Scholten e Gomes, 2008), o empreendedor identifica oportunidades de negócio, cria e define contextos, tem a capacidade de visualizar as situações, determina os objetivos, projeta e concretiza estruturas organizacionais que coloca em funcionamento, e que se conformam à de encontro à exploração das oportunidades existentes.

Para os que seguem a escola de Schumpeter, um empreendedor é alguém que introduz uma inovação. Assim, no que diz respeito ao perfil do empreendedor, não existe nenhum método que, segundo o mesmo, se pode afirmar que determinado indivíduo irá ter sucesso como empreendedor ou como empreendedora. No entanto, as características e aptidões podem, sem qualquer rigor científico, indicar uma pessoa com mais propensão para o empreendedorismo (Filion, 1999).

Numa forma mais ampla de expor o empreendedorismo, temos o *Entrepreneurship Center* na Universidade de Miami (<http://mec261.com> acessado a 16-04-2013). Este centro define o empreendedorismo como: *Um processo de identificação, desenvolvimento e captação de uma ideia para a vida. A visão pode ser uma ideia inovadora, uma oportunidade ou simplesmente uma forma melhor de fazer algo. O resultado final deste processo é a criação de uma nova empresa, formada em condições de risco e de uma incerteza considerável.*”

Há ainda um relatório anual e de reconhecimento mundial, o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2010) que descreve o empreendedorismo como a forma de estar perante a vida, de estar concentrado nas oportunidades, com uma abordagem global em termos de liderança e com o objetivo de criar riqueza. Esta instituição é frequentemente referida em muitos trabalhos académicos, com dados sobre o empreendedorismo nos diferentes países.

Conforme o entendimento de Morris (1998, *in* Mendes, 2012), o empreendedorismo trata sete diferenças de criação, não exclusivas entre si, como sejam: a criação de riqueza; a criação de empresas; a criação de inovação; a criação de mudança; a criação de emprego; a criação de valor e a criação de crescimento. Podemos criar uma relação de proximidade entre cada uma das diferenças da criação empreendedora e as definições já referidas. Podemos desde já referir o empreendedorismo como uma criação de valor por pessoas e organizações que trabalham juntas para implementar uma ideia. Estende-se por vários temas entre os quais a criação de autoemprego, o empreendedorismo comunitário (empreendedorismo social), a criação de riqueza, o intra-empreendedorismo e as políticas públicas.

A Comissão Europeia apontou, em 2003, a importância do empreendedor e da criação de novas empresas, em particular das microempresas, que contribuem para o desenvolvimento económico e social de um país, como o motivo que justifica um esforço de investigação sobre o fenómeno.

É estimulante constatar que o desenvolvimento do empreendedorismo como disciplina tem envolvido um grande número de investigadores, cada um deles usando a sua própria metodologia, sendo esta influenciada pela sua área de estudo.

Os conceitos mais recentes do empreendedorismo associam o conceito a novas conotações, nas ciências económicas e sociais. Para Shane e Venkataraman (2000) *in* (Mendes, 2012) o empreendedorismo está diretamente associado à identificação de oportunidades económicas e à sua exploração. O Quadro 4 apresenta os seis eixos considerados essenciais no estudo do empreendedorismo, onde podemos também encontrar os autores e diferentes correntes de pensamento.

Quadro 4 - Eixos de referência na definição de empreendedorismo

Eixos estudados	Autores chave
Empreendedorismo e inovação	Schumpeter (1934); Drucker (1985)
Identificação, oportunidade e a sua exploração	Kirzner (1973); Shane (2003); Venkataramann (1997)
Empreendedor, características e comportamento	McClelland (1961)
Empreendedorismo como processo de criação de empresa	Gartner (1988)
Expressão organizacional do projeto empreendedor (novas empresas existentes)	Stevensen e Jarillo (1990)
Exploração de oportunidade e a sua sustentabilidade através da inovação	Sarkar (2007)

Fonte: Sarkar (2010: 33).

A temática do empreendedorismo é bastante vasta, e ainda existe um alargado trabalho de investigação sobre este tema, sobretudo nas suas diferentes interpretações do tema. Há variadas visões sobre a mesma definição de empreendedor, que foram cruciais para o desenvolvimento da presente investigação. É do nosso particular interesse explorar as diversas abordagens do empreendedorismo, particularmente aquelas que vão ao encontro dos objetivos da presente dissertação.

1.2.3 - O empreendedorismo social

O conceito de empreendedorismo social é proveniente de várias áreas disciplinares e de perspetivas diferentes. É um estudo aprofundado do empreendedorismo, que leva ao surgimento de uma forma diferente de agir da sociedade, como a de combater alguns

problemas sociais, muitas vezes impossíveis de resolver pelo Estado de cada país. Este conceito pode referir-se à liderança de uma organização sem fins lucrativos ou não lucrativa, assim como à atividade de uma organização. Mas pode ainda, referir-se à atuação e características de um indivíduo ou de um grupo, ou tanto pode apontar para a liderança de uma organização, como para um processo de desencadeado independentemente da existência prévia de uma organização.

O microcrédito é, muitas vezes, associado ao empreendedorismo social. Neste caso, temos um exemplo de uma organização com fins lucrativos que pode ser uma agência bancária que faculta créditos numa região bastante pobre (*e.g.*, países em desenvolvimento). Este sistema de microcrédito pode efetivamente gerar um desenvolvimento sustentado, permitindo o acesso por parte de empreendedores bastante pobres que não têm acesso à banca convencional.

Este tipo de empreendedorismo tem como consequência os impactos mais ampliados ao nível coletivo e sobretudo na melhoria de qualidade de vida. Os empreendedores sociais são indivíduos que têm soluções de inovação para problemas sociais. São ambiciosos e persistentes, encaram os maiores problemas sociais e oferecem uma mudança social a grande escala (Sarkar, 2010).

Num bastante conhecido de Dees (1998), define-se os empreendedores sociais como revolucionários e reformadores, atribuindo-lhes um carácter individualista, e tendo como base a teoria de Schumpeter. Os empreendedores sociais são considerados, sobretudo, atores de mudança que:

- fazem mudanças sociais no modo como as coisas são feitas nesse sector;
- combatem diretamente as causas dos problemas em vez de tratar apenas os sintomas;
- pretendem reduzir as necessidades e não apenas satisfazê-las;
- criam mudanças sistémicas e melhorias sustentáveis;
- apesar de agirem localmente, as suas ações têm o potencial de estimular melhoramentos globais nas áreas escolhidas.

A Ashoska é uma associação de referência no empreendedorismo social, estando presente em quarenta países. Esta promove o papel do empreendedor social, atribuindo um prémio internacional ao dirigente de organizações que prima por ser agente de mudança e apresente novas soluções para os problemas sociais, e que tenha a capacidade de promover um impacto significativo na sociedade. Para além da atribuição deste prémio, a associação apoia nos vários países empreendedores sociais (Ferreira, 2005).

O empreendedorismo social também pode ser desenvolvido sem ter um carácter individual, como temos vindo a explicitar. Este ato empreendedor é, em muitas situações, coletivo, sustentando um projeto, sendo que este não está relacionado necessariamente com uma associação ou organização, mas o facto de existir um indivíduo com interesse coletivo na mudança social.

Atualmente, o empreendedorismo social atinge versões diferentes, tais como: a capacidade de gerar recursos no mercado com intenção de resolver problemas sociais; está associado à inovação social, que não fique necessariamente sujeita à participação no mercado.

Também se assiste a um novo género de empreendedorismo social, protagonizado pelos empreendedores bilionários que, de alguma forma, beneficiam a sociedade, desenvolvendo campanhas de solidariedade, gerando fundações sociais. No entanto, este tipo de empreendedorismo não corresponde ao verdadeiro propósito do empreendedor social, pois estes doam apenas parte dos lucros para causas sociais. O verdadeiro empreendedor social é aquele que dedica a sua vida ao empreendedorismo social. Um dos mais notáveis, a nível mundial é Mohammad Yunus que popularizou o microcrédito (Sarkar, 2010).

O empreendedor social é aquele que promove mudanças, reúne os recursos e constrói em benefício da comunidade. Esta forma de empreendedorismo é bastante importante para a sustentabilidade social, não descurando todas as outras, pois cada uma tem a sua função. O que de facto podemos afirmar é que, em qualquer país seja ele bastante desenvolvido ou não o empreendedorismo social faz todo o sentido, na medida em que

procura atenuar as dificuldades que qualquer Governo encontra para chegar a todas as necessidades sociais, sendo em alguns casos mais emergentes do que noutros.

1.3 - Definição de empreendedor

A definição de empreendedor evoluiu à medida que a estrutura económica mundial mudava e se foi tornando mais complexa. Desde o início da sua compreensão a noção de empreendedor foi melhorada e ampliada, passando por incluir conceitos relacionados com o indivíduo em detrimento da sua ocupação. O risco, a inovação e a criação de riqueza são alguns dos critérios desenvolvidos durante a evolução do estudo da criação de novos negócios.

O conceito de empreendedor é normalmente considerado numa perspetiva empresarial, administrativa e pessoal. Nas definições de empreendedorismo existe um consenso. Quase todas abrangem um tipo de comportamento: tomar iniciativa (Robert, Herbert e Albert, 1982 *in* Hisrich, Peters e Shepherd, 2009); organizar e reorganizar mecanismos sociais e económicos com o fim de transformar recursos e situações para proveito prático (Richard e Ralph, 1937 *in* Hisrich, Peters e Shepherd, 2009) e aceitar o risco ou o fracasso (Schumpeter, 1952 *in* Hisrich, Peters e Shepherd, 2009). No Quadro 5 são consideradas definições de empreendedor segundo a perspetiva de economistas, psicólogos e parceiros de negócios.

Quadro 5-Definições de empreendedor

Economistas	Psicólogos	Parceiros de negócio
O empreendedor é aquele que combina recursos, trabalho, materiais e outros ativos para tornar o seu valor superior ao anterior	Defendem que o indivíduo empreendedor geralmente é impulsionado por determinadas forças: a necessidade de obter ou conseguir algo, de experimentar, de realizar, talvez de escapar à autoridade dos outros	O empreendedor pode constituir uma ameaça, um concorrente agressivo
Também é aquele que introduz mudanças, inovação e uma nova ordem	Estas características atribuídas aos autores de empreendedorismo são diferentes para cada indivíduo	Para outros o mesmo empreendedor pode ser aliado, uma fonte de suprimento, um cliente ou alguém que gera desperdício e criar empregos que outros ficarão satisfeitos em conseguir

Fonte: Elaboração própria com base em Hisrich, Peters e Shepherd, 2009.

O empreendedorismo é um processo dinâmico que gera riqueza. Esta é gerada por indivíduos que assumem os principais riscos em termos de património, tempo e compromisso com a carreira, ou que advém do valor do produto ou serviço comercializado. Este produto ou serviço pode até nem ser nada de novo ou único. O seu custo deve de alguma forma ser promovido pelo empreendedor, tendo em conta as várias habilidades necessárias para definir o melhor preço (Ronstadt, 1984 *in* Hisrich, Peters e Shepherd, 2009).

As definições de empreendedor, apesar de algumas *nuances*, contemplam noções como a novidade, a organização, a criação de riqueza e de risco, embora cada definição aplicada isolada seja restrita, pois existem várias áreas onde é possível desenvolver o empreendedorismo. A definição que os autores Hisrich, Peters e Shepherd (2009: 30), consideram que abrange mais aspetos básicos no livro “Empreendedorismo”, passa por: *O empreendedorismo é processo de criar algo de novo com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação e da independência financeira e pessoal.*

Esta criação de um produto novo, com um valor de mercado atribuído, deve estar articulada com um público específico, e o esforço e o tempo que exige o empreendedorismo é algo bastante caracterizador do ato empreendedor.

O empreendedor depara-se, por várias vezes, com situações adversas, para as quais precisa de iniciativa própria e engenho para as ultrapassar. Mas também tem algumas vantagens esta forma de encarar a vida, tais como a independência e a satisfação pessoal. Para aqueles empreendedores que procuram o lucro, a retribuição económica é um estímulo. Para alguns deles, a quantidade de dinheiro reflete o sucesso. E, como já mencionava o primeiro autor a descrever o empreendedorismo Cantillon, o facto de assumir o risco é bastante importante para um empreendedor, pois a ação que o empreendedor projeta decorrendo durante um período de tempo, portanto é natural que seja incerta. Esta incerteza é substancialmente aumentada quando se trata de algo inovador, tal como a inserção de um novo produto no mercado ou um novo empreendimento. No entanto, os empreendedores devem agir mesmo num plano de incerteza. Já assim mencionavam Cantillon e Schumpeter nos séculos XVIII e XX, respetivamente. Em suma, o empreendedor motiva-se pela organização (do novo empreendimento) e faz o que está ao seu alcance para garantir a sua sobrevivência e crescimento (Hisrich, Peters e Shepherd, 2009).

O empreendedor é, assim um indivíduo que cria algo comerciável, que estabelece objetivos e tem capacidade de os atingir, mantendo-se atento às oportunidades de negócio, e à respetiva oferta e procura do mercado, nomeadamente para o que se propôs trabalhar.

1.4 - Estudos realizados até ao momento sobre o empreendedorismo emigrante

Em relação à temática do empreendedorismo emigrante, deparamo-nos com uma escassez de estudos, a nível nacional e internacional, o que justifica a realização da presente dissertação e do projeto no qual ela se insere. Por outro lado identificámos a existência de trabalhos que referem o empreendedorismo imigrante em Portugal e noutros Países.

Um dos exemplos é o artigo de Bernard Dinh e Emmanuel Ma Mung de 2008, intitulado “A política migratória francesa e o empreendedorismo imigrante”, cujo objetivo principal é focar as desigualdades que os imigrantes enfrentam no acesso ao mercado de trabalho e o impacto destas no empreendedorismo imigrante. Trata, sobretudo, da designada discriminação legal. Do ponto de vista dos números do empreendedorismo em França, estes autores referem os censos de 1991 com um registo de 121.000 empresários emigrantes e ainda em comparação com 1999 um registo de 107.000 empresários. Referem também que o número mais significativo de emigrantes empreendedores em 1999 era o português com 15,8%, que, por sua vez, também representavam a nacionalidade mais representativa com 571.874 portugueses. Apontam, como principais conclusões, que o acesso limitado a vários tipos de emprego impede um normal processo de integração; contudo identificam diversas formas de contornar as restrições discriminatórias. Referem o facto de os imigrantes serem condicionados à exigência de aderirem à nacionalidade francesa e, como condicionante para este processo, os imigrantes devem ter dez anos de residência, reduzindo deste modo o número de imigrantes com a possibilidade de iniciar uma atividade empresarial independente.

Carlos Teixeira (2001) publicou um artigo na revista *Urban Studies*, “Community Resources and Opportunities in Ethnic Economies: A Case Study of Portuguese and Black Entrepreneurs in Toronto”, onde demonstra a falta de interesse da investigação sobre o empreendedorismo imigrante no Canadá, principalmente em relação aos grupos com menor visibilidade social, como os negros e os portugueses. O objetivo do estudo foi analisar o comportamento, as estratégias e os obstáculos, com que se deparam os proprietários de negócios étnicos. Aborda os recursos utilizados em grupo, que contribuem para a manutenção e sucesso das empresas portuguesas e dos afroamericanos em Toronto.

Os dados foram obtidos a partir de um questionário realizado a empresários portugueses e afroamericanos. Os resultados evidenciam que os portugueses são diferentes dos afroamericanos no que diz respeito à confiança na sua comunidade “étnica”, pois os últimos confiam mais frequentemente na mesma. Contudo, os afroamericanos têm mais dificuldades em iniciar e manter o seu negócio,

nomeadamente no acesso ao crédito em instituições financeiras. O estudo conclui que os portugueses preferem trabalhadores de origem portuguesa (63%) e que justificam essa preferência sobretudo pela facilidade de comunicação com os mesmos, enquanto em 39,1% dos casos os afroamericanos revelam preferência por trabalhadores da mesma nacionalidade.

Há também vários trabalhos realizados em Portugal sobre esta temática do empreendedorismo imigrante (*e.g.*, Teixeira, 1998, Oliveira, 2004, Meneses, 2005, Malheiros, 2008). Recentemente, sobressai a publicação de um livro intitulado “Mulheres Imigrantes Empreendedoras”, publicado em 2010, de Jorge Malheiros e Beatriz Padilla e coordenado por Frederica Rodrigues. Neste são abordadas várias temáticas relacionadas com a imigração feminina em Portugal. Este trabalho pretendeu contribuir para a interpretação das formas de incorporação económica das populações imigrantes em Portugal, destacando o empreendedorismo feminino. Realizando uma análise aprofundada sobre as oportunidades e os limites do empreendedorismo para as mulheres imigrantes, assim como os programas de apoio disponíveis para as mesmas. Apontam-se como conclusões a discriminação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho e no empreendedorismo. As mulheres, devido a diversos fatores sociais aos quais estão sujeitas, como o papel da família e o nascimento dos filhos, são de alguma forma ‘afastadas’ da responsabilidade de criar um negócio, sendo de certo modo, um estereótipo social associar a atividade empresarial ao sexo masculino. O que se verificou no quadro familiar de algumas empresas foi que a mulher assume o papel de ajudante no negócio.

Um trabalho publicado na revista *Teoria e Evidência Económica*, em 2010, intitulado: “Trabalho autônomo e empreendedorismo no cenário migratório internacional: trabalhadores brasileiros na Itália”, escrito por João Carlos Tedesco, analisa as estratégias empreendedoras de dezasseis emigrantes brasileiros em Itália. O objetivo principal passa por demonstrar a importância das redes étnicas e a possibilidade de mobilidade social do emigrante através do empreendedorismo. O autor faz também referência ao nível de integração dos emigrantes empreendedores brasileiros na sociedade italiana, concluindo que este é elevado. São analisados vários casos singulares, com descrição de narrativas.

Os sectores de atividade mais frequentes são as empresas de construção civil, os *call-center* (que são descritos como local de encontro entre emigrantes da mesma nacionalidade), a agricultura sobretudo a vinícola e floricultura, assim como os serviços, restaurantes, salões de beleza, Internet (telefonía e envio de dinheiro para o País de origem), referindo o autor que em determinadas regiões, nomeadamente Norte e Nordeste da Itália, a presença brasileira nos estabelecimentos é intensa. Um aspeto importante, que se assemelha a um dos objetivos da presente dissertação prende-se com a integração social. Como já se referiu, anteriormente, concluiu-se que, dos entrevistados (16 no total), nenhum pertencia a uma associação do sector em que laborava. No entanto, formam redes internas alimentadas pela nacionalidade, identidade e religião. Existem empreendedores que primam pelos produtos brasileiros, e a identificação com as imagens de marca do país, como é considerado numa das hipóteses de trabalho desta dissertação.

As principais conclusões mostram que todos os empreendimentos estudados são familiares e a maioria começou o negócio com capital próprio. Apontam muitas dificuldades no que concerne ao acesso ao crédito e a elevada burocracia. Grande parte dos emigrantes entrevistados não se considera empreendedor mas autónomo.

1.5 - O empreendedorismo na economia

O empreendedorismo, tal como temos vindo a referir, está bastante associado à economia, dado que este é determinante no desenvolvimento económico. Existe uma relação esperada entre o aparecimento de novas empresas e o desenvolvimento económico.

Este é um processo complexo que se desenvolve em diferentes etapas. O empreendedorismo faz parte dele, enquanto a criação de um novo projeto (um negócio) constitui uma mudança estrutural na economia, primeiramente a nível local, podendo posteriormente assumir-se à escala nacional e, por último, internacionalizar-se. Este trajeto é percorrido por várias empresas de sucesso mundial. Estas mudanças são atualizadas pelo crescimento do projeto, o aumento da produção, o que permite

essencialmente mais riqueza para distribuir aos participantes. Estas correntes justificam a pretensão de fomentar o empreendedorismo, um pouco por todo o mundo.

A inovação volta a ser invocada no papel do empreendedorismo na economia, mais especificamente no crescimento económico. Para Hisrich, Peters e Shepherd 2009, este seria o fator mais importante do mesmo, não só pelo facto de desenvolver novos projetos. (e ou serviços) no mercado, como também no estímulo ao investimento em novos projetos. A evolução do produto inovador no mercado é igualmente um impulsionador do desenvolvimento económico. Shumpeter (1942), ao sugerir a “destruição criativa”, na qual se pretendia com a introdução de novos produtos no mercado, a possível substituição dos já existentes, como se referiu anteriormente, elucidou a ideia de uma revolução de mercado, de mudança da sociedade e da economia existente (*in Fontenele, 2010*).

O impacto da sociedade e as mudanças no tipo de negócio são indicadores dos benefícios provenientes também da atividade empreendedora, que não devem ser descurados do impacto da criação de riqueza e de produto. Podemos ainda referir, como um fator positivo, o facto de contribuir para o aumento da realização pessoal dos empreendedores.

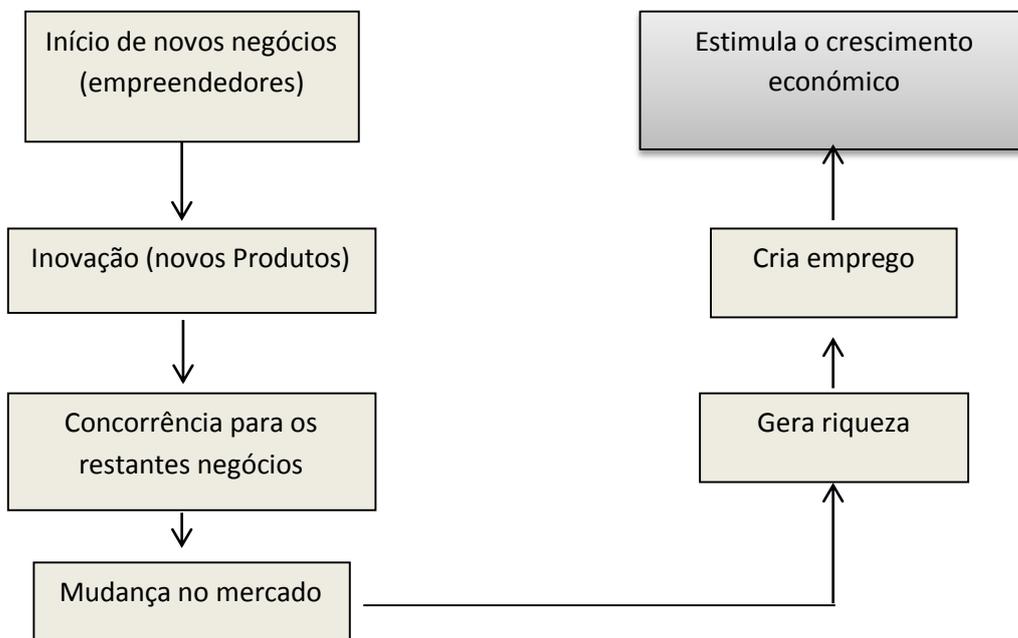
O empreendedorismo assume-se como principal fator promotor do desenvolvimento económico de um país, sendo este facto mais evidente nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento (GEM, 2010). Nos países mais desenvolvidos encontramos empresas de média e grande dimensão, e, nos países mais pobres encontramos sobretudo a microempresa (especialmente comércio de rua). Este fenómeno pode ter várias justificações, como a falta de financiamento, os sistemas de apoio ao emprego não funcionarem, mas as necessidades são sempre uma boa razão para o desenvolvimento de novas ideias empreendedoras (Ferreira, Santos e Serra, 2010).

Apesar dos evidentes benefícios do papel do empreendedorismo no crescimento económico de uma determinada região ou país, este é um tema documentado sobretudo a nível teórico, pois, a nível experimental, são raros os casos que quantificam o empreendedorismo. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

(OCDE, 1999) reconhece que a quantificação do empreendedorismo é uma tarefa muito difícil, uma vez que não existe consenso acerca de um conjunto de indicadores consistentes e funcionais. Contudo, na Alemanha o empreendedorismo é avaliado por região, considerando o número de nascimentos de empresas em relação à população, sendo um fator para explicar o desempenho económico regional.

O que podemos de facto afirmar é que um modelo de crescimento económico precisa de capital humano, de tecnologia, de novos produtos, de inovação, e a estes está associado também o empreendedorismo. Sendo assim, é constatável que este é um fator marcante no crescimento económico (Figura 2).

Figura 2-O empreendedorismo no processo de crescimento económico



Fonte: elaboração própria.

O crescimento económico, como temos vindo a observar é uma referência analítica no desenvolvimento de uma região, ou país. O empreendedorismo pode ser avaliado tendo em consideração o número de trabalhadores da empresa, a quantidade de novos negócios. Por último, a participação de pequenas empresas na criação de emprego ou na produção de riqueza local (Barros e Pereira, 2008).

1.6 - Notas conclusivas

O empreendedorismo, como pudemos verificar no decorrer deste capítulo, não se limita à abertura de uma empresa por iniciativa de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Constatamos que os empreendedores descritos por alguns autores são indivíduos que tomaram a iniciativa de iniciar a atividade empresarial. Contudo, há autores com opinião diferenciada, para os quais a abertura de um negócio não é suficiente para ser considerado um ato empreendedor.

A evolução da abordagem conceptual por parte dos vários autores mencionados. O termo surge relacionado com a inovação, ou com o risco ou ainda com o comportamento numa interpretação mais social.

O termo empreendedorismo é confundido com empreendedor, visto que os dois estão bastante correlacionados. Diversos autores que se dedicam a esta temática, quando nos referem o empreendedorismo enumeram características dos empreendedores, tais como, a capacidade de assumir o risco, a autoconfiança, a necessidade de realização, a tolerância à ambiguidade e à incerteza.

O estudo do empreendedorismo está cada vez mais presente em várias áreas do conhecimento, sendo evidente que a abordagem multidisciplinar é bastante reveladora do contributo positivo para o mesmo.

Capítulo 2 - A emigração Portuguesa na Europa

No presente capítulo pretende-se expor e analisar, de forma sintética, a emigração portuguesa, e, como o título indica, fazendo referência à mesma na Europa, na Europa incluindo a emigração portuguesa em Andorra.

2.1 - As várias etapas de emigração portuguesa

Este *item* tem por objetivo caracterizar, em síntese, a emigração portuguesa e a sua evolução, desde os primeiros fenómenos emigratórios até aos dias de hoje, numa perspetiva sintética.

A emigração portuguesa é um fenómeno bem consolidado na análise da sociedade portuguesa, sinalizando também a imigração que verificamos no nosso país. Dividimos a sua análise, como uma base teórica e adaptada (Arroteia, 2001 e Caldeira, 2011) nas seguintes fases:

- a fase transoceânica;
- a fase das saídas maioritárias para a Europa Ocidental;
- a fase da imigração;
- a fase mais recente, apelidada “fuga de cérebros”.

A evolução dos movimentos emigratórios são um testemunho destas alterações, mas também em relação às causas, destinos e fluxos migratórios como poderemos verificar na exposição deste *item*.

A emigração em Portugal não é recente. Desde o início do séc. XV até meados do século XVI Portugal, viveu a época dos Descobrimentos, a povoação dos recém-descobertos territórios. No entanto, há falta de documentos e de dados que permitam aprofundar as condições reais desta colonização/povoação, que sempre coexistiram com a emigração para as colónias Portuguesas. “*A necessidade de ocupação dos territórios recém-descobertos originou a saída de quantidades muito significativas de mão-de-obra portuguesa.*” (Garcia, 1998: 17).

Este período, considerado por alguns autores (Garcia 1998; Arroteia, 2001) como o primeiro fenómeno da emigração portuguesa, intensificou-se no início do século XVII, depois da descoberta das minas de ouro e pedras preciosas no Brasil. É difícil a distinção entre a emigração e colonização, sendo que a última denominação corresponde ao indivíduo que abandona o seu país com destino a uma colónia, sendo este promovido por iniciativa do Estado.

Quanto aos emigrantes são aqueles que decidiram abandonar o país por motivos pessoais, e independentemente de apelos oficiais, sendo que se verificam, várias vezes, a fuga a estes (Serrão, 1971, *in* Meneses, 2005).

Ao longo dos tempos os portugueses têm viajado pelo mundo, fixando-se em vários países distintos, e as razões apontadas por Carlos Fontes passam por:

- a missão histórica desde os Descobrimento, difundir a cristandade pelo mundo;
- a localização geográfica, pelo facto de ser um país encaixado entre Espanha e o Oceano Atlântico;
- a pobreza, a falta de trabalho e a supérflua quantidade população entre meados do século XIX e os anos 70 do século XX;
- as fugas e perseguições religiosas durante a inquisição e a perseguição dos cristãos e judeus; as perseguições políticas entre 1926 e 1974, que se agravou entre 1961 e 1974; durante este ultimo período de tempo, a fuga de inúmeros jovens ao serviço militar e conseqüentemente à guerra colonial;
- o espírito aventureiro e tradição de navegação, à descoberta do mundo, desde o século XV;
- a tradição de emigração, salientando-se o facto de se terem criado, em vários países, comunidades de portugueses que apoiaram os novos imigrantes, tanto no incentivo a sair do país, como na ajuda a fixarem-se no local, assim como os elementos da família ou amigos que contribuem com as informações necessárias para os seus mais próximos saírem do país (*in*: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page6razoes.html> - consultado a 28-09-2012).

Tendo em conta os fatores apresentados, podemos afirmar que os portugueses emigravam do país na expectativa de uma vida melhor, de uma sociedade mais justa, e também na esperança de uma solução mais lucrativa em termos pessoais.

Mas não são somente essas razões: *“(...) As razões de natureza económica relacionadas com o nível de vida, as fracas oportunidades de emprego existentes nas regiões rurais e a incapacidade do tecido produtivo em absorver os contingentes de assalariados e de trabalhadores libertos das atividades agrícolas e de subsistência, contribuíram para acelerar este movimento. Também as razões de natureza política decorrentes do regime Salazarista e da Guerra em África justificam muitas dessas saídas. Refira-se ainda que o incremento de emigração para a Europa, registada entre nós no decurso dos anos sessenta e setenta veio reduzir o tradicional movimento transoceânico e acompanhou a tendência global da emigração intra-europeia igualmente registada noutros países mediterrâneos.”* (Arroteia, 2001:4).

De facto, perante a história da emigração portuguesa e tendo em conta as fases referidas, os portugueses, face aos seus próprios problemas e aos do país, optam pelo caminho de emigração, tentando a 'sua sorte' noutros países, considerando ser-lhes esta a solução mais lucrativa em termos pessoais.

A emigração portuguesa, como muitas outras, iniciou-se com a saída de mão-de-obra masculina. Era mais frequente o homem emigrar primeiro e, quando este se encontra numa situação mais estável no local para onde emigrou, emigrar a mulher e os filhos (Meneses, 2005).

Os emigrantes portugueses partiram de todo o território, mas com maior incidência do Norte e Centro do país, regiões de densidade populacional mais elevada.

O perfil do emigrante português foi-se alterando, como verificaremos ao longo deste capítulo, e foram vários os motivos que levaram à opção da emigração. A grande diferença da presente fase de emigração em relação às anteriores reside no facto de saírem do país depois de obtenção de formação, seja esta superior ou não. O que hoje se verifica é um aumento significativo do nível de escolaridade dos novos emigrantes.

2.1.1 - Fase transoceânica

O início desta fase da emigração portuguesa poder-se-á considerar ainda durante a colonização atrás referida, em que a emigração tinha por destino o além-mar, em continentes diferentes (África, América e Ásia). Deparamo-nos assim com o primeiro fenómeno transoceânico da emigração portuguesa.

Posteriormente, verificou-se mais um movimento emigratório, entre 1820 e 1930, sendo a América foi o destino de muitos europeus, e naturalmente, dos portugueses. Esta emigração era caracterizada por trabalhadores com um baixo nível de qualificação ou até inexistente. Os países de destino eram principalmente o Brasil e os Estados Unidos da América.

Este período de emigração portuguesa está relacionado com as saídas coloniais, no que diz respeito ao Brasil que, sobretudo depois da sua independência em 1822, foi um dos primeiros destinos escolhidos pelos portugueses. Esta preferência era influenciada pela tradição cultural entre os dois países, pela língua comum, pela anterior colonização e pela presença de uma comunidade portuguesa que se engrossou (Caldeira, 2011). Uma grande fração dos portugueses que emigraram para o Brasil foi substituir a mão-de-obra escrava (extinta em 1888), nas grandes plantações agrícolas, sendo cruciais para o desenvolvimento económico do país.

“ (...) é da emigração da miséria que a Pátria tira, depois, o ouro com que salda a conta da sua desorientação económica e dos seus desperdícios financeiros; É da miséria que nos vem a nossa melhor riqueza: do pária nostálgico e atavicamente aventureiro que deixa as praias inóspitas da terra 'que não lhe deu o pão em tormentosa demanda de destinos melhores mas incertos é que vem o ouro” (Silva, 1917, in Aguiar, 1980:82).

Também Garcia refere que houve *“ (...) um fluxo migratório entre 1650 e 1852 que era quase exclusivamente português, nele se incluíam desde funcionários públicos, a camponeses que encontravam um lugar na colónia, tanto na administração, como nas profissões liberais ou na terra.” (Garcia, 1998,18 in Meneses, 2005: 19).*

A emigração portuguesa para o Brasil é um importante marco na história da emigração, tendo deixado marcas culturais indeléveis tanto na sociedade portuguesa como na recetora. Também, a nível arquitetónico, em Portugal, contamos com a presença das casas dos portugueses emigrantes que, no regresso, foram portadores de uma estética bastante característica de palacete, a denominada Arte Nova. De igual forma, na literatura, obras literárias transportam a influência da emigração, como é o caso de Ferreira de Castro, cujas obras (*Emigrantes*, 1928; *a Selva*, 1930) retratam a sua vivência de nove anos no Brasil, e pelas quais podemos compreender os emigrantes portugueses, no seu desejo de regresso ao seu país, nos seus sonhos e frustrações de um emigrante (Pandeirada, 2004).

Durante todo o século XIX e a primeira metade do século XX um milhão e meio de portugueses abandonou o país em busca de trabalho nos Estados Unidos e no Brasil, sendo considerada a primeira grande vaga da emigração portuguesa (Arroteia, 1985).

As deslocações para o continente americano diminuíram consideravelmente no início dos anos 60 do século XX, como consequência da redução de oportunidades de trabalho, com maior incidência nos sectores onde operavam os portugueses.” (...) *a partir de 1962 saídas para o Brasil tornaram-se cada vez mais diminutas em consequência da redução da emigração transoceânica devido ao maior interesse e oportunidade de trabalho oferecidas pelos países industrializados da Europa Ocidental.*” (Arroteia, 1985: 24).

A este facto agregam-se as políticas restritivas de emigração para o Brasil e a necessidade de mão-de-obra para a reconstrução europeia no pós guerra. Paralelamente surgia o desenvolvimento tecnológico e industrial em alguns países do centro e norte da Europa. Os jovens portugueses eram aliciados para emigrarem na maior parte dos casos em redes clandestinas de emigração (Garcia, 1998).

A proximidade com os países europeus que apelavam à emigração portuguesa, gerou mudanças naturais no percurso migratório dos portugueses, até em termos numéricos, como adiante desenvolveremos.

2.1.2 - A emigração para a Europa Ocidental

A política colonial do antigo regime do “Estado Novo” também influenciou a emigração para as ex-colónias (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Estado da Índia, Macau e Timor). O número destes emigrantes aumentou até à década de 70 do século XX, mas foi sempre inferior ao número dos que partiam para a Europa, sobretudo para a França. Os resultados estatísticos oficiais falam de uma emigração massiva, entre 1955 e 1974, foram registados mais de um milhão de saídas oficiais, o que corresponde a mais de 82.000 saídas por ano (Arroteia, 2007).

A emigração para a Europa é um fenómeno recente comparado com a emigração transoceânica. As saídas intra-europeias dos portugueses para França realizaram-se, em grande parte em condições clandestinas, como consequência dos condicionalismos políticos, sociais e económicos vividos na sociedade portuguesa na década de 60. Neste período a emigração registou alterações consideráveis, tais como, o aumento acelerado do número de emigrantes legais e clandestinos, as mudanças nos contingentes, com destaque para as preferências dos países de destino. Estas alterações revelaram-se motivadoras na saída de famílias, mulheres e jovens profissionais não sendo exclusivamente na área agrícola mas também operários da indústria transformadora, da construção civil, e em menor representatividade empregados dos serviços. Do ponto de vista estritamente quantitativo entre 1945 e 1970 saíram 1,1 milhão de portugueses (Carvalho, 2011).

Desde os inícios dos anos 60, a necessidade de mão-de-obra surge como consequência da reconstrução e exploração das economias europeias, destacando-se a França e a Alemanha, pelo facto, de terem sido mais fustigados pelos conflitos armados, e isso também se refletiu no número de portugueses que partiram para estes países (Arroteia, 2011). Para além destes destinos a emigração portuguesa fez-se sentir noutros países europeus, sobressaindo o Luxemburgo, a Suíça, Andorra e Espanha. De facto, a Europa passou a ser o destino mais frequente para os portugueses, substituindo a emigração transoceânica, com bastante tradição para o Brasil.

Esta fase da emigração portuguesa teve uma grande repercussão, sob o ponto de vista dos grandes fluxos migratórios, o que terá sido influenciado pela facilidade de

transporte, pelos melhores salários e por uma sociedade em desenvolvimento. Esta última seria bastante apelativa para a maior parte dos emigrantes portugueses naturais de áreas rurais, onde as 'oportunidades' de mudar de vida passavam precisamente pela emigração. Esta fase da emigração portuguesa foi considerada por alguns autores como o auge da mesma (Peixoto, 2004; Arroiteia, 2007).

A revolução do 25 de Abril de 1974 e a crise petrolífera originaram uma alteração no fenómeno migratório, tendo-se reduzido drasticamente os fluxos para a Europa, passando a sobressair os fluxos migratórios para outros países, como o Canadá, os Estados Unidos da América, a Venezuela, a África do Sul, ainda que em números bastante inferiores aos registados nas décadas anteriores. Durante a década de 80 do século XX, os trabalhos direccionados para a temática da emigração, relatavam o fim das saídas migratórias para a Europa (Paiva, 1985), e que se intensificou até ao final da década. *"A emigração portuguesa nos anos 80 intensificou os seus sinais de saída (principalmente do Norte e Centro do País), coincidindo com uma diminuição relativa de retorno (Ramos, 1990) e o aumento da imigração estrangeira localizada nas regiões metropolitanas mais desenvolvidas (Lisboa, Faro, Setúbal, Porto); qualquer destes fenómenos tende a intensificar as assimetrias litorais/Interior em Portugal."* (Ramos 1995:130 in Meneses 2005: 23).

Em termos comparativos com os 1.229.484 emigrantes que deixaram o país entre 1964e1974, os 294.423 que saíram entre 1975 e 1985, representam um decréscimo bastante significativo dos fluxos emigrantes (Baganha e Marques, 2001). Esta diminuição é uma evidência empírica muitas vezes interpretada como a grande diminuição da emigração portuguesa que mais tarde pressupõe a sua extinção.

Nos últimos anos do século XX, a emigração portuguesa sofreu algumas alterações, designadamente um aumento da emigração temporária em relação à permanente, sendo essencialmente constituída por mão-de-obra jovem e masculina. Entre 1992 e 2002 os valores da emigração temporária tinham já ultrapassado os da emigração permanente (INE, 2005).

2.1.3 - A imigração em Portugal

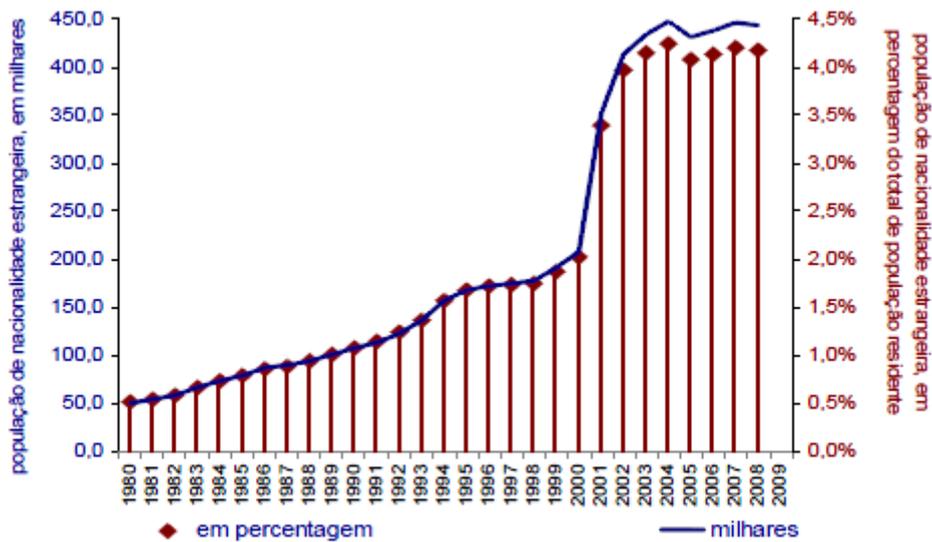
A redução dos fluxos de saída e a crescente dificuldade de produzir dados credíveis acerca do número de saídas após os meados da década de 80 tornaram a emigração praticamente impercetível, tanto para os meios de comunicação social como para os investigadores e políticos. Esta situação levou a várias afirmações à época que premeditavam ‘o fim da emigração portuguesa’, e descreviam Portugal como um país de imigrantes. As entidades oficiais portuguesas substituíram, por exemplo, o termo ‘emigrante’ pelo termo ‘comunidades portuguesas’ e a distinção entre portugueses residentes em Portugal e emigrantes foi alterada para a distinção entre portugueses residentes em Portugal e não residentes (Santos, 2004).

Os trabalhos académicos começam a direccionar-se para o estudo da imigração em Portugal justificado pelo aumento dos residentes de origem estrangeira (Figura 3), e pelo facto de Portugal fazer parte dos países desenvolvidos da Comunidade Europeia, o que se tornou num certo deslumbramento por um país recetor de migrantes e desenvolvido.

A sociedade portuguesa estava diretamente relacionada com a emigração, sendo a imigração uma realidade desconhecida e ao mesmo tempo uma novidade para o país. Estas questões relacionadas com a imigração foram mais estudadas a partir dos anos 90, gerando assim uma maior visibilidade política, social e institucional.

Com o cenário anterior e não muito distante, nos anos 80 e 90, esta mudança foi súbita e inesperada, visto que Portugal não adotou neste período, nenhuma política pró-ativa de recrutamento de imigrantes especificamente direccionado aos países do Leste Europeu, nem detinha quaisquer laços históricos ou culturais com os mesmos.

Figura 3 - População estrangeira residente em Portugal (Milhares e %), 1980-2009



Fonte: Peixoto, 2010: 5.

Até ao ano 2000, a população imigrante em Portugal era proveniente da maioria de países lusófonos (77%), sendo oriundos os restantes 23% oriundos de vários países, dos quais nenhum apresentava uma pertinência numérica significativa, a destacar-se dos demais, sendo que este quadro migratório prosperava em Portugal desde os anos oitenta, tendo sido alterado em 2001, devido à entrada de milhares de imigrantes provenientes de países da Europa do Leste (Baganha, Marques e Gois, 2004).

O aumento do número de imigrantes em Portugal assenta em vários fatores, segundo Baganha, Ferrão e Malheiros (2002):

- Fatores de repulsão associados aos países emissores de imigrantes;
- Conflitos político-militares;
- Sistemas de representação existentes em diversos países;
- Globalização dos movimentos migratórios internacionais;
- Expansão dos transportes;
- Desenvolvimento das comunicações;
- Aumento demográfico;
- Informações que circulam nas redes transnacionais.

Todos estes fatores, articulados entre si, podem ter contribuído para a intensificação da imigração. Como tal, a composição da sociedade portuguesa sofreu algumas alterações, uma vez que estes imigrantes passaram a fazer parte da mesma. Um outro aspeto que caracteriza a imigração em Portugal tem a ver com a ‘proximidade cultural’ e a ‘identidade da língua’, o que seria válido para os migrantes dos PALOP (presentemente CPLP) e Brasil essencialmente.

A imigração em Portugal surgiu de forma natural, tal como já foi referido, e respondeu a uma necessidade de mão-de-obra. Apesar de o trabalho realizado por imigrantes contribuir para o crescimento socioeconómico de Portugal, os portugueses colocaram alguns entraves nas relações com a população estrangeira, tais como a atitude discriminatória e racista (Baganha, Marques e Gois, 2004). Segundo Machado (2002), um dos aspetos que faz com que as pessoas olhem de mau grado a imigração, passa pela ameaça à homogeneidade cultural nacional.

Em suma, podemos afirmar que as causas da imigração são diversas e não nos podemos restringir apenas a uma causa específica. A imigração em Portugal, nos últimos anos, tem diminuído e isto acontece a par de um reaparecimento da emigração em Portugal com números bastante significativos, como retrataremos de seguida, ainda que Portugal durante este período nunca tenha deixado de ser um país de emigrantes, mas estes eram de certa forma ‘esquecidos’, devido ao deslumbramento do novo país de imigração (Peixoto 2012).

2.1.4 - A fase “fuga de cérebros”

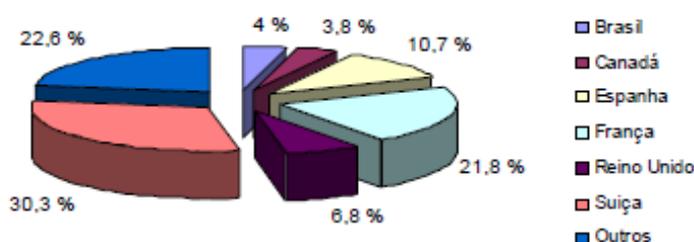
Esta fase da emigração portuguesa é a mais recente, e apelidada de ‘fuga de cérebros’, devido ao facto da diferente qualificação desta nova vaga de emigrantes. Atualmente os emigrantes portugueses apresentam melhores qualificações que os seus antecessores. Este facto justifica-se pela diminuição de taxa de analfabetismo e pelo aumento na frequência da escolaridade obrigatória. Por outro lado, surgem outros fatores que contribuem para a saída destes portugueses, tais como: a ocupação de lugares nos quadros das empresas nacionais que se decidem pela internacionalização, e nos quadros

da União Europeia; a elevada taxa de desemprego que atinge os jovens qualificados com ensino superior; a inexistência de saídas profissionais para determinadas áreas do mercado de trabalho para as quais os jovens estão qualificados (Meneses, 2005).

Os dados que o INE publicou até 2002, revelam algumas características sociodemográficas dos emigrantes. Neste último ano, cerca de $\frac{3}{4}$ da emigração era composta por homens e constituída sobretudo por adultos jovens, e em 60% dos casos eram solteiros. Este perfil é típico de uma emigração económica, sendo que quase 50% eram provenientes do Norte de Portugal. Apesar de não ser disponibilizada informação geográfica mais desagregada, é provável que a maioria das saídas ocorresse em áreas economicamente deprimidas ou em reestruturação (Queirós, 2011).

Os destinos dos portugueses no início do século XXI continuam a ser essencialmente europeus (Figura 4), como a França, Suíça, Espanha e Reino Unido, mas também o Canadá, Brasil e Angola (INE, 2005), embora possamos verificar que a percentagem de 22,6% nos “outros” é reveladora sobretudo da eleição de novos países na emigração portuguesa.

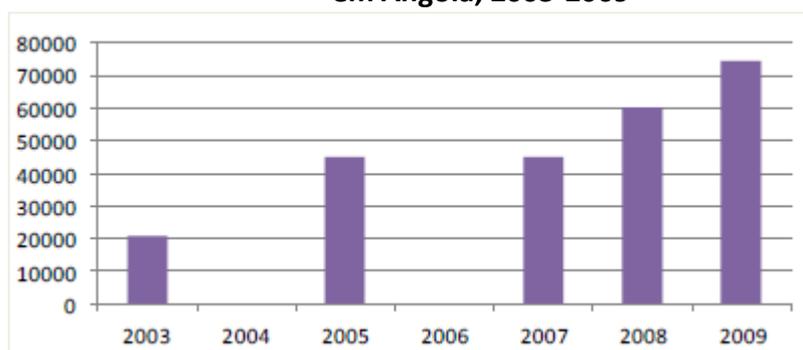
Figura 4 - Emigração total segundo o país de destino 2002



Fonte: INE (2005).

De entre os países que na Figura 4 estão representados por ‘outros’, verificamos na Figura 5, uma estimativa da evolução da população de origem portuguesa em Angola, tendo praticamente quadruplicado entre 2003 e 2009.

Figura 5- Estimativas da população portuguesa e de origem portuguesa em Angola, 2003-2009



Fonte: Observatório da Emigração (*in* Peixoto, 2012).

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2010 estimou-se que tenham saído de Portugal um total de 23.760 indivíduos, tendo em consideração que 22.127 teriam nacionalidade portuguesa. Portugal continua a ser um país de emigrantes, sendo que estes indivíduos que emigraram mais recentemente são mais qualificados. Tendo em conta a conjuntura económica em que o país se encontra, o aliciamento da emigração mantém-se presente na sociedade portuguesa.

De acordo com Ramos (2004) *in* Meneses 2005, Portugal fornece mão-de-obra pouco qualificada para países do Centro e Norte da Europa e recebe trabalhadores imigrantes de países em vias de desenvolvimento (antigas colónias africanas). Para os PALOP (presentemente CPLP) Portugal envia quadros e profissionais qualificados, semelhantes aos que recebe dos países da UE (União Europeia). A mão-de-obra imigrante qualificada é extremamente lucrativa para o país de acolhimento pois o custo de formação dos jovens foi exclusivamente suportado pelo país emissor.

O que de facto podemos constatar é que durante o período descrito anteriormente de 'imigração em Portugal', a emigração foi diversas vezes esquecida e avaliada como extinta. O facto na realidade não se confirmou, pois, nestes últimos anos, temos assistido, mais uma vez, à partida de vários portugueses em busca de uma vida melhor fora do seu país e, neste aspeto, não é muito diferente das anteriores vagas de emigração portuguesa.

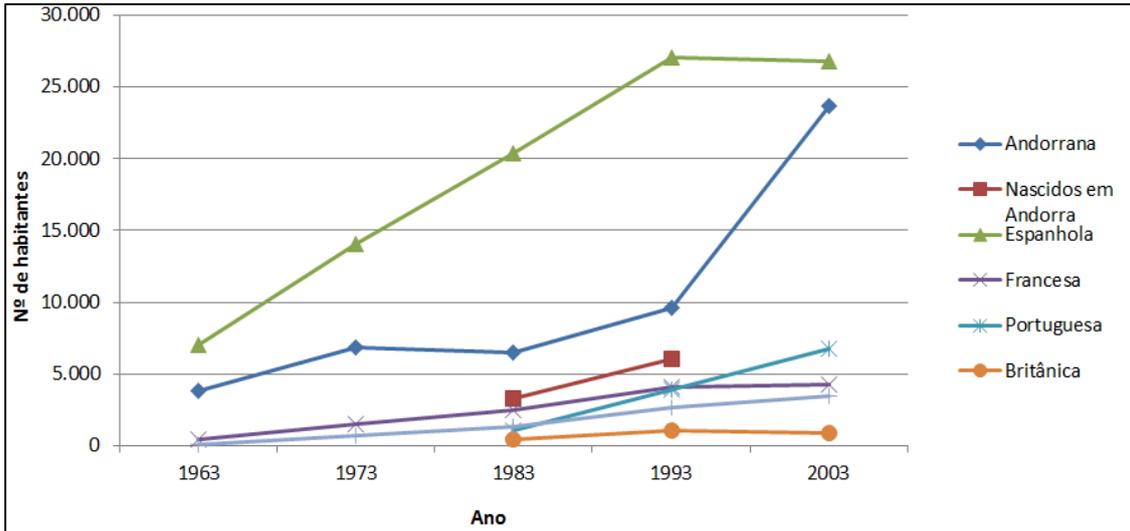
2.2 - A emigração portuguesa em Andorra

Ao longo de várias décadas, verifica-se um contínuo movimento migratório de portugueses com destino ao território andorrano, sendo em número expressivo e crescente nos últimos 30 anos. A crescente presença dos portugueses no país (Figuras 6 e 7) pode ser compreendida, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento económico de Andorra, principalmente no sector da construção civil e do turismo. Este fenómeno migratório deu origem a redes de migrantes da comunidade portuguesa residente no país, representando cerca de 14% da população residente em Andorra em 2012. Esta começou a ser mais visível a partir de 1974, justificada com a vinda de muitos portugueses de África.

As relações parentais revelam-se fundamentais na decisão de emigrar, no destino escolhido e estas poderão ser de alguma forma explicativas do avolumado número de portugueses em Andorra, assim como a homogeneidade na sua origem. Como iremos verificar, são poucos os portugueses que não se enquadram nos espaços geográficos do Alto Minho, Beiras e Trás-os-Montes.

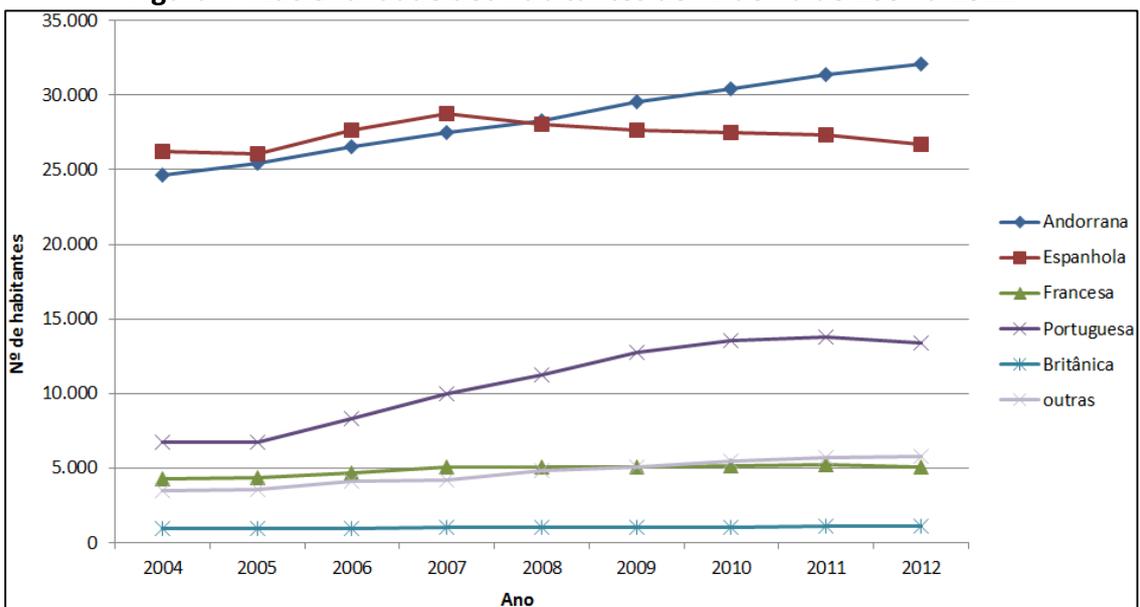
A população portuguesa residente em Andorra desde 1963 (Figura 6) (este é o primeiro ano do século XX com dados estatísticos disponíveis) permite-nos verificar que desde então e até 2012 o efetivo de portugueses em Andorra ter sofrido um aumento constante

Figura 6- Nacionalidade dos habitantes de Andorra de 1963 a 2003



Fonte: Departamento de Estatística do Governo de Andorra (elaboração própria).

Figura 7- Nacionalidade dos habitantes de Andorra de 2004 a 2012



Fonte: Departamento de Estatística do Governo de Andorra (elaboração própria).

2.3 - Andorra

O Principado de Andorra é um pequeno Estado localizado em alta montanha, na cordilheira dos Pirenéus, mais concretamente na sua formação Central. Frequentemente também é designado pelo País dos Pirenéus”. Tem como fronteiras terrestres Espanha e França e uma extensão de 468 km², idêntica à área do Concelho de Arcos de Valdevez (Carvalho, 2007). Está dividido administrativamente em sete paróquias, nomeadamente, Andorra la Vella, (a capital), Canillo, Encamp, La Massana, Ordino, Sant Julià de Lòria e Escaldes-Engordany, como podemos verificar na Figura 8, que poderão corresponder às freguesias ou municípios portugueses. Em relação à altitude a localidade mais alta é Pas de la Casa, que faz fronteira com França, a mais de 2075 metros de altitude e a localidade mais baixa é Sant Julià de Lòria, no outro extremo fronteiriço com Espanha a 908 metros de altitude. Sendo o país habitado mais alto da Europa, a língua oficial é o catalão e a moeda em curso legal é o euro, devido à influência dos países vizinhos. Apesar de o principado manter a sua própria moeda, o Diner, havendo emissões muito reduzidas e concretas da mesma.

A constituição foi adotada em Maio de 1993 concedendo a independência do país em todos os aspetos. Dando lugar às primeiras eleições em dezembro de 1993, aquando se deu a formação do governo de coligação liderado pelo primeiro-ministro, Oscar Reig. O regime parlamentar (Consell General) é constituído por 28 deputados e o espaço físico do parlamento situa-se num edifício emblemático, a Casa de la Vall.

Em junho de 1993, o Principado de Andorra tornou-se membro de pleno direito das Nações Unidas e posteriormente do Concelho da Europa. A superfície urbanística e de cultivo representa apenas 6% do território do país, sendo que o restante espaço está distribuído por, prados, florestas, e alta montanha.

O principado de Andorra é relativamente recente no que compete à adoção de uma constituição própria e à integração como membro das Nações Unidas assim como no Concelho Europeu. Mas estes factos não o impedem de ser um país desenvolvido e em plena vivência diplomática com os seus vizinhos, França e Espanha, sobretudo a nível comercial.

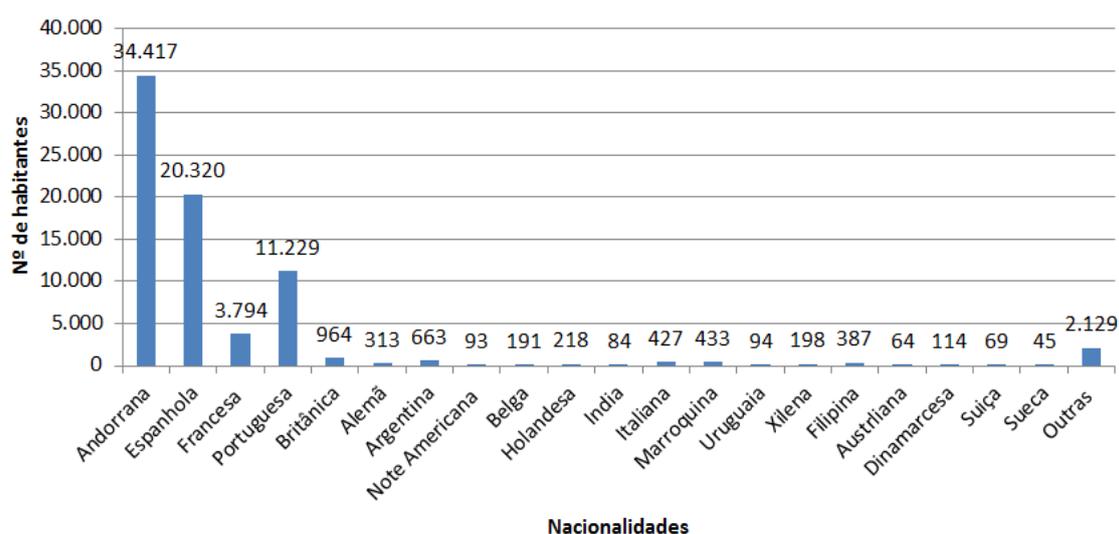
Figura 8- Divisão administrativa de Andorra



Fonte: <http://mapa-euro.py.blogspot.pt/2011/11/mapa-da-andorra-politicaregional.html> consultado a (24-06-2013).

Numa breve análise atual, Andorra corresponde a um território poliglota e pluricultural no qual convergem múltiplas nacionalidades (cerca de uma centena), impulsionadas, nas últimas décadas, pelo um crescimento no sector da construção e do turismo. Um exemplo esclarecedor é o facto de no Estado estarem em vigor três sistemas de ensino distintos: o andorrano, o francês e o espanhol. Em 2012, Andorra registava 76.246 habitantes. Na Figura 9, podemos observar que, apesar de Andorra ser um pequeno território, tem residentes de várias nacionalidades, sendo que os portugueses merecem um lugar de destaque, representando cerca de 14% da população residente.

Figura 9- População residente em Andorra por nacionalidades em 2012



Fonte: Departamento de Estatística do Governo de Andorra (elaboração própria).

2.3.1 - Legislação para a emigração

Andorra é um principado localizado na Europa, mas não integra a União Europeia e a residência de estrangeiros no seu território obedece a condicionantes. Desde 1980 estas são definidas por um decreto-lei, designado por *Veguers*, que estabelece a normativa comum de obtenção da autorização de residência. Esta é dividida em quatro tipos de autorizações diferentes. É considerada a autorização de jorna ou trabalho, com uma permanência máxima de seis meses, sendo renovável por um período igual de tempo. Conta também com a autorização temporal, que permite ao seu titular residir no território andorrano durante um ano, e é renovável por dois períodos iguais de tempo, no máximo de três anos. Ainda é mencionada a autorização de residência ordinária, atribuída aos residentes portadores de uma carta de residência temporária que, além de três anos pretendam continuar a residir no território, prorrogável por três anos, num total de seis anos e, por último, a autorização de residência privilegiada, concedida aos portadores de uma carta de residência ordinária que desejem permanecer no país. As duas últimas não estão condicionadas por uma autorização de trabalho e podem ser solicitadas mesmo que o indivíduo não exerça uma atividade profissional. Para ter acesso ao mercado de trabalho qualquer estrangeiro deverá apresentar o pedido de

uma autorização (os “papéis”, na “gíria”) numa Oficina de Trabalho, devendo estes ser aprovados pelo *Consell General*.

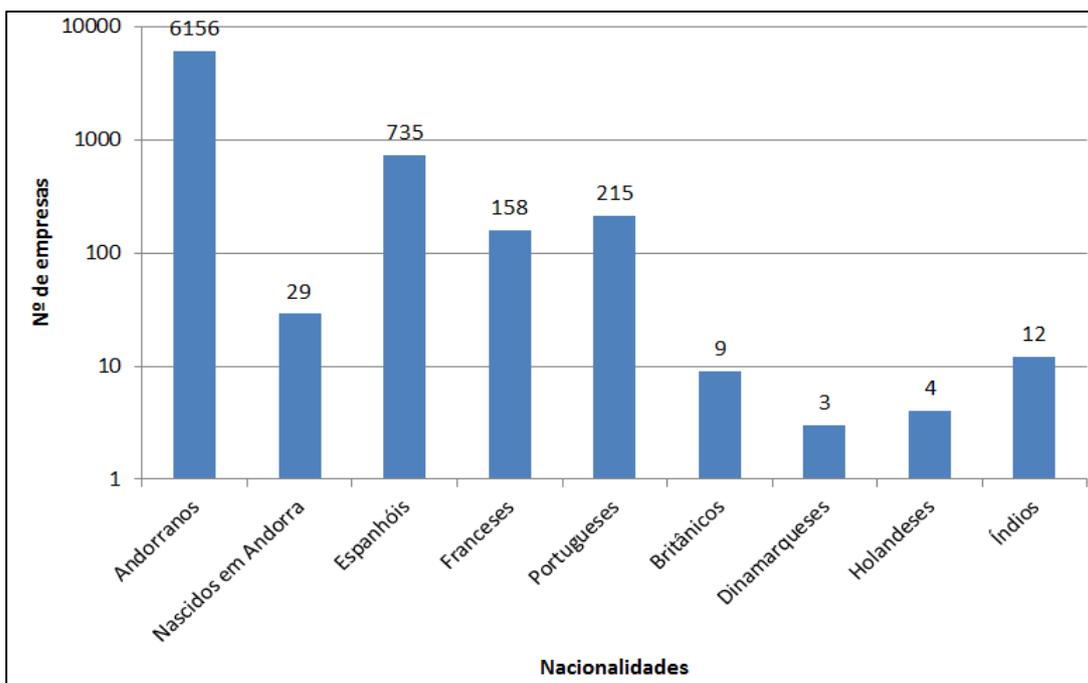
Em 1993 a figura de *Veguers* desaparece e na imigração os órgãos responsáveis passam a ser o *Consell General* e o *Govern*. Em 2007 estabeleceram-se quotas para autorizações prorrogáveis, temporárias, especiais para a época de inverno, equipas desportistas e residentes passivos. A Lei Qualificada de Imigração esteve, no entanto, alguns anos sem uma revisão definitiva, excetuando o evento descrito anteriormente. Em 2002 é aprovada a Lei Qualificada de Imigração e durante o período de cinco anos (até 2007) um número significativo de pessoas manteve uma situação provisória no país. As alterações em relação à lei anterior de 1980, no que concerne às autorizações de residência por estrangeiros, não são significativas. São estabelecidos dois tipos de autorizações de residência especificamente para os fronteiriços (três anos, sendo renováveis, pelo mesmo período de tempo), ou a autorização de trabalho temporal (com a duração de 12 meses, improrrogáveis). Nas autorizações de imigração para os residentes ativos distinguem-se a autorização de imigração temporária (com a duração de 12 meses, improrrogáveis), e a autorização de residência e trabalho (com a duração de um ano, renovável por períodos de 10 anos). Estabelecem-se ainda outras autorizações para trabalhadores de empresas estrangeiras e para assalariados do setor de ensino. Para residentes não ativos contamos com a autorização para estudos ou investigação, a autorização de residência sem trabalho (no âmbito de reagrupamento familiar) e a autorização de residência passiva (segundo as disposições específicas anteriores em vigência). São estas, de forma sintética, as leis para a emigração em Andorra.

2.3.2 - Empresas portuguesas em Andorra

No ano de 2012, em Andorra e segundo a Unidade de Comércio e Consumo do Governo de Andorra, estavam registadas 7.337 empresas, e destas, 215 pertenciam a residentes de nacionalidade portuguesa (Figura 10), o que corresponde a 2,93% do total. Podemos também observar na mesma figura que 84% das empresas registadas no país pertencem a Andorranos, e os restantes 16% a outras nacionalidades, destacando-se, pela sua

representatividade, os Espanhóis com 10,2% e os Franceses com 2,2% das empresas em Andorra. Contudo, os dados que estão disponíveis indicam também empresas de proprietários de origem Britânica (0,12%), Dinamarquesa (0,04%), Holandesa (0,05%) e Indiana (0,16%).

Figura 10- Número de proprietários das empresas em Andorra por nacionalidade

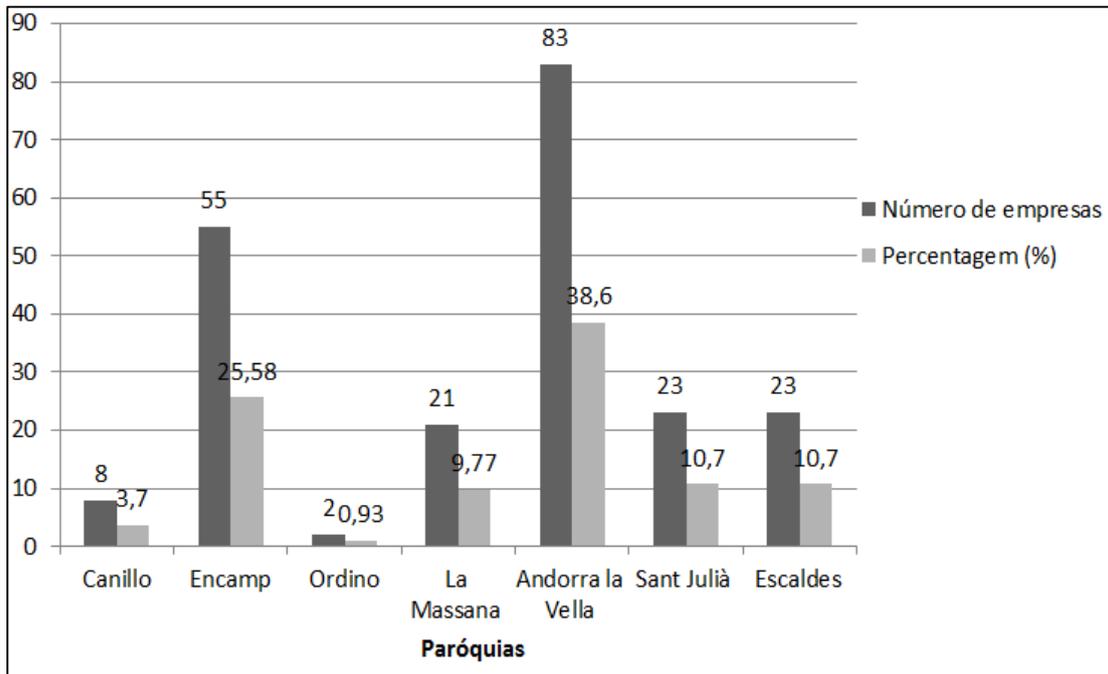


Fonte: da Unidade de Comércio e Consumo do Governo de Andorra, 2012 (elaboração própria).

As empresas portuguesas em Andorra são um dos objetos de estudo desta dissertação, assim como os seus proprietários. Assim justifica-se uma análise às mesmas.

Na Figura 11, podemos verificar a distribuição por paróquia na localização das empresas geridas por Portugueses. Esta distribuição é análoga à proporção em termos de dimensão demográfica de cada paróquia. Por exemplo, Andorra la Vella é a paróquia mais central, que formalmente se assume como capital de Andorra, e apresenta um maior número de negócios, sendo que estes vão diminuindo segundo a redução territorial das paróquias.

Figura 11- Empresas portuguesas em Andorra localizadas por paróquia



Fonte: da Unidade de Comercio e Consumo do Governo de Andorra – 2012 (elaboração própria).

Em síntese os portugueses têm uma posição de algum destaque, num território onde as restrições para os imigrantes possuírem um negócio próprio, ainda são significativas e sujeitas a um acordo bilateral entre o Governo português e andorrano que foi assinado em 2007. Foi naquela data, reduzido de 20 anos de permanência no país para 10 anos, o período necessário de permanência para se poder obter uma autorização de abertura de um negócio a título individual por parte dos portugueses.

2.4 - Notas conclusivas

Como foi assinalado ao longo do capítulo 2, a emigração portuguesa passou por várias fases distintas, que por si só representam uma parte da história deste 'fado' da população portuguesa. Este fenómeno é antigo e acarreta várias consequências (económicas, sociais e demográficas). Este movimento migratório tem afetado de forma distinta o nosso país, embora as características sejam semelhantes e os destinos dos

fluxos se vão alterando consoante as perspetivas de emprego registadas no mercado europeu e extra europeu, o que globalmente tem afetado o percurso migratório.

Atualmente Portugal passa por mais uma fase de emigração jovem, fundamentada pela atual conjuntura económica, e também pelo desemprego jovem, entre outros fatores. Assiste-se também ao ressurgimento de alguns destinos, tais como o Brasil e países do continente africano, e a uma melhor qualificação dos agentes atores do movimento migratório.

A emigração portuguesa em Andorra, como pudemos verificar, apresenta uma evolução positiva, o que justifica a existência de várias associações portuguesas e de algumas empresas a laborar neste território. Os portugueses estão fixados, na sua maioria, nos maiores centros urbanos, tal como as suas empresas, mas, fora destes, também se fixaram outros portugueses, embora em número mais reduzido. Note-se, quanto aos portugueses, as restrições à abertura de um negócio a título individual, no território andorrano, diminuíram a partir de 2007.

A partir dos estudos existentes, da mais recente vaga de emigrantes e todas as suas condicionantes, causas e impactos na sociedade de origem e de acolhimento podemos afirmar que a emigração portuguesa traz novos desafios (Caldeira, 2011, Peixoto, 2012).

**Parte II - Análise do empreendedorismo dos portugueses
em Andorra**

3 - Metodologia e breve caracterização da amostra

Neste capítulo abordam-se os métodos que foram utilizados para a concretização da presente investigação. Esta representa, sem dúvida, um eixo central, para a elaboração e compreensão de todo o trabalho realizado bem como dos objetivos apontados.

3.1 - Enquadramento metodológico

A investigação realizada fundamenta-se num trabalho de campo concretizado em Março de 2013, em cinco das sete paróquias de Andorra (La Massana, Andorra la Vella, Escaldes Engordany, Encamp e Canillo). Foram aplicados 51 inquéritos por questionário, a serem respondidos em cerca de 25 minutos. O questionário continha 65 questões (consultar questionário no Anexo 1). Além das características sociodemográficas, procurou-se determinar a caracterização profissional antes e depois de emigrar, a caracterização da empresa em Andorra e o percurso migratório.

3.2 - Limitações e soluções

No que diz respeito à revisão da literatura, deparámo-nos, inicialmente, com a inexistência de estudos portugueses sobre o empreendedorismo emigrante português. Para colmatar este facto, alargamos a pesquisa aos trabalhos internacionais, que foram mencionados no sub-*item* 1.4 desta dissertação. Para melhor compreender o estudo do empreendedorismo e da emigração portuguesa, partiu-se também para uma pesquisa bibliográfica aprofundada, o que permitiu esclarecer e compreender as várias posições sobre a temática em estudo.

Seguidamente, usaram-se, como fontes secundárias, os dados estatísticos andorranos obtidos através dos portais de estatística, de comércio e de consumo do Governo de Andorra. Deparámo-nos com algumas condicionantes, como a falta de dados relativos a interrupções de informação nalguns anos. Como forma de ultrapassar tais limitações, utilizámos os anos dos quais se dispunha de informação.

Tivemos de nos deslocar propositadamente a Andorra, em Março de 2013, para a aplicação dos questionários. As limitações no espaço e no tempo foram consideráveis e não foi possível a realização de questionários em todas as paróquias andorranas, ainda que as que não foram estudadas contassem com um menor número de empresas.

3.3 - Questões e objetivos de investigação

No decorrer da presente investigação pretendeu-se delinear as boas práticas de inserção e implementação de um projeto empreendedor num território europeu, neste caso Andorra.

Para direcionar esta investigação, foram elaboradas as seguintes questões de partida:

- O que é o empreendedorismo?
- Que tipo de negócio o emigrante português desenvolve em Andorra?
- Qual é o nível de integração do emigrante português em Andorra?

Os objetivos de uma investigação representam aquilo a que a equipa de trabalho se procura obter respostas.

Tendo em conta aquilo que nos propusemos investigar, os objetivos de investigação da presente dissertação passaram por:

- Caracterizar o tipo de negócio do emigrante português em Andorra;
- Aferir o nível de integração na sociedade onde estão a trabalhar;
- Contribuir para um melhor conhecimento do empreendedorismo fora do país de origem.

3.4 - Opções metodológicas

Depois de definirmos as questões orientadoras e os objetivos, deparámo-nos com a escolha do local onde se iria realizar a investigação empírica. Como já referimos anteriormente, a presente investigação está associada a um projeto de investigação mais abrangente, que se alarga a outros territórios europeus (Mónaco, Nice e Londres).

Andorra foi a área escolhida para a aplicação de questionários e entrevistas qualitativas aos empreendedores portugueses, e que foi realizado *in loco* pela autora da presente dissertação.

No que concerne à amostra, optou-se por uma amostra de conveniência, pois, como referem Bogdan e Biklen (1994: 15) *“Se não é possível falar com todos os sujeitos (...) é necessário ter uma variedade de perspetivas (...) alguns sujeitos estão mais dispostos a falar”*. Em Andorra nomeadamente em cinco das sete paróquias (La Massana, Andorra la Vella, Escaldes Engordany, Encamp e Canillo), efetuou-se o trabalho de campo. Foram aplicados 51 inquéritos por questionário e 7 por entrevista semi-estruturada, tem sido efetuada ainda observação não participante. Os questionários foram aplicados nos locais de trabalho dos empresários portugueses.

No que diz respeito ao questionário, foram consideradas as características sociodemográficas do inquirido, a caracterização profissional antes e depois de emigrar, a caracterização da empresa em Andorra e o percurso migratório. No final, os dados foram reunidos e lançados na plataforma *online* a fim de serem tratados e analisados quantitativamente com o programa SPSS *Statistics* 20.0.

Os resultados obtidos são apresentados no próximo capítulo, privilegiando a análise segundo o género. Tendo em conta as mudanças estruturais no desempenho da mulher na sociedade nos últimos trinta anos, as diferenças de género foram consideradas na análise realizada. Como é por demais sabido, durante muito tempo o sexo masculino esteve culturalmente associado ao ato de criar um negócio.

Outro aspeto que iremos ter em consideração, é o ano de saída de Portugal, que pode ser determinante na caracterização dos emigrantes portugueses, e ainda o seu nível de escolaridade.

O trabalho de campo empreendido teve por base o diagnóstico feito de duzentas empresas com titulares de nacionalidade portuguesa, de acordo com o Registo de 2009 de Atividades Comerciais do Governo de Andorra (<http://www.comerc.ad> <http://www.estadistica.ad> – acedido a 13-04-10).

O pré-teste no âmbito do projeto foi aplicado em Londres, por conveniência prática, dado uma investigadora integrada na equipa do projeto viver nessa cidade. Foram aplicados 3 inquéritos, em 20/08/2012. Posteriormente, foram feitos os devidos ajustes no formulário, com o intuito de se poder proceder à aplicação do mesmo em todos os territórios, em diferentes datas.

3.5 - Breve caracterização da amostra

Como podemos observar no Quadro 5, onde apresentamos o perfil sociodemográfico dos inquiridos, 51% eram do sexo feminino (n=26) e 49% do sexo masculino (n=25). No que diz respeito à nacionalidade dos inquiridos, apenas três indivíduos (5,9%), admitiram a dupla nacionalidade e os restantes 48 (94,1%) afirmaram possuir nacionalidade portuguesa. Os grupos de idades mais representativos na amostra foram os grupos dos 34 aos 41 anos com 23,5% e dos 42 aos 49 anos com 37,3%, o que coincide com a perspetiva de que o empreendedorismo ainda não se apresenta como uma prática no início da vida ativa dos inquiridos, sendo encarado como uma etapa na sua carreira profissional, que passará por experiências e vivências locais.

O nível de instrução que mais sobressaiu nos inquiridos foi o segundo ciclo do Ensino Básico (49%) e o terceiro ciclo do Ensino Básico (23%). É ainda reduzida a percentagem dos inquiridos que frequentaram o Ensino Superior e obtiveram um grau destacando-se, na amostra, apenas um bacharelato (2,0%) e duas licenciaturas (3,9%).

A esmagadora maioria dos inquiridos (74,5%), era proveniente da região Norte (NUTS II), seguindo-se com 9,8% a região Centro (NUTS II). O estado civil dos inquiridos enquadra-se numa maioria de indivíduos casados (60,8%), contando também com os divorciados, com 23,5% na amostra.

Quadro 6 - Características dos inquiridos

	Número	%		Número	%
Sexo			Nacionalidade		
Masculino	25	49,0	Portuguesa	48	94,1
Feminino	26	51,0	Dupla nacionalidade	3	5,9
Idade			Segunda nacionalidade		
18-25	1	2,0	Andorrana	2	3,9
26-33	7	13,7	Francesa	1	2,0
34-41	12	23,5	Estado civil		
42-49	19	37,3	Solteiro	8	15,7
50-57	10	19,6	Casado	31	60,8
58-65	2	3,9	Divorciado	12	23,5
Nível de instrução			Naturalidade por NUTS II		
1º Ciclo do Ensino Básico	6	11,8	Norte	38	74,5
2º Ciclo do Ensino Básico	25	49,0	Centro	5	9,8
3º Ciclo do Ensino Básico	12	23,5	Lisboa	2	3,9
Ensino Secundário	5	9,8	Alentejo	1	2,0
Bacharelato	1	2,0	Não encontrado	5	9,8
Licenciatura	2	3,9			

Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

3.6 - Notas conclusivas

Apesar de várias condicionantes em termos de tempo, como referimos no decorrer deste capítulo, foi possível a aplicação de 51 inquéritos e 7 entrevistas semi-estruturadas, durante duas semanas. Foram feitos ajustes no decorrer da investigação, mormente no que concerne à falta de dados e de estudos.

A amostra foi selecionada por conveniência no local de estudo, e caracteriza-se pela grande parte dos empreendedores questionados possuírem apenas a nacionalidade portuguesa. Em relação ao sexo, a amostra apresenta-se equilibrada. Contamos com uma representatividade maioritária dos grupos etários entre os 34 e os 49 anos, o que, de certa forma, nos indica um percurso migratório coeso e de alguma maturidade, antes de se tomar a decisão de se iniciar uma atividade empresarial. Em relação à qualificação, uma grande parte dos indivíduos questionados detém o 2º ciclo do ensino básico, remetendo-nos para uma emigração pouco qualificada.

Capítulo 4 - Caracterização do empreendedor emigrante em Andorra

No presente *item*, fazemos a caracterização do empreendedor emigrante, com recurso aos dados recolhidos por inquirição, tentando atingir os objetivos delineados na presente dissertação.

4.1 - Emigração

Tendo em conta que os questionários foram aplicados a emigrantes empreendedores residentes em Andorra, iniciamos a sua análise focando-nos na caracterização das empresas e no perfil do emigrante.

4.1.1 - Tempo de permanência

O processo de integração do emigrante nas diversas sociedades de acolhimento passa por um período de adaptação, que, naturalmente, necessita de tempo, tais como outros fatores condicionantes do mesmo, como poderemos verificar.

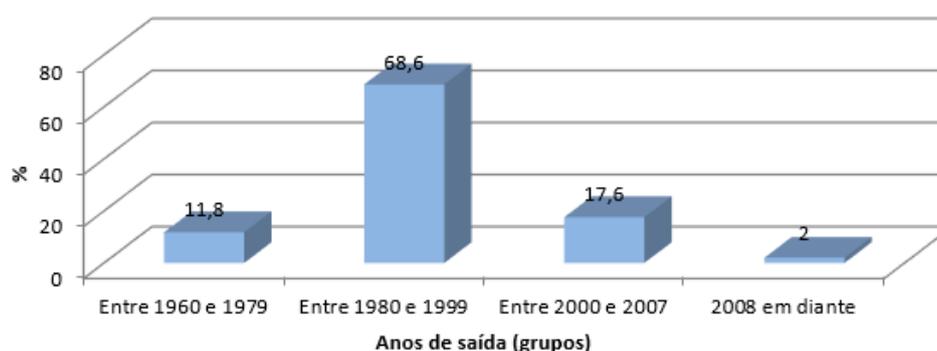
As redes sociais pré-existentes são uma boa base de integração social, num processo de adaptação local. Estas redes vão-se formando naturalmente a partir, por exemplo, de um círculo de familiares, de amigos e de vizinhos, e as associações em geral, que proporcionam um convívio social importante para a integração.

O tempo de permanência no país de destino pode explicar a satisfação social dos empreendedores portugueses, perante o país de destino, tomando inclusive a iniciativa de criar um negócio. A maior parte dos inquiridos realizou o processo de emigração entre 1980 e 1999 (35 indivíduos, que corresponde a 68,6%), enquadrando-se numa fase da emigração portuguesa não muito visível como já referimos anteriormente. Por outro lado, também nos é possível verificar que o fluxo migratório se iniciou entre 1960 e 1979 (6 indivíduos - 11,8%), correspondendo a uma fase da emigração portuguesa para a Europa mais destacada na história da mesma. Nos anos mais recentes (entre 2000 e 2007), constatamos a diminuição do número de inquiridos (9 indivíduos - 17%), e, de 2008 em diante, encontramos apenas 1 indivíduo que representa - 2%. Esta diminuição

é sustentada em razão da existência do acordo bilateral entre Portugal e Andorra, que exige 10 anos de permanência em Andorra antes de iniciar um negócio. Note-se que, neste caso de permanência há menos de 10 anos em Andorra, o emigrante pode ser proprietário mas não titular do negócio, tendo de recorrer a um ‘testa de ferro’, ou seja, um andorrano ou português com mais de dez anos de permanência, disposto a facultar a sua identidade (Figura 12), prática bastante habitual entre empreendedores portugueses. Estes resultados são mais um indicador de que a opção de iniciar um negócio é fruto de alguns anos de experiência profissional e de residência no país de destino.

Comparando com os dados apresentados anteriormente do Departamento de Estatística do Governo de Andorra, estes resultados estão em conformidade, pois, entre 1983 e 2003 (dados disponíveis), a população portuguesa em Andorra aumentou de 1.092, no primeiro ano referido, para 6.748 no último ano considerado. Isto demonstra um avolumado aumento da população portuguesa em Andorra, o que vai ao encontro dos dados resultantes do inquérito realizado por questionário.

Figura 12 - Anos de saída por grupos de Portugal dos inquiridos



Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

4.1.2 - Processo migratório

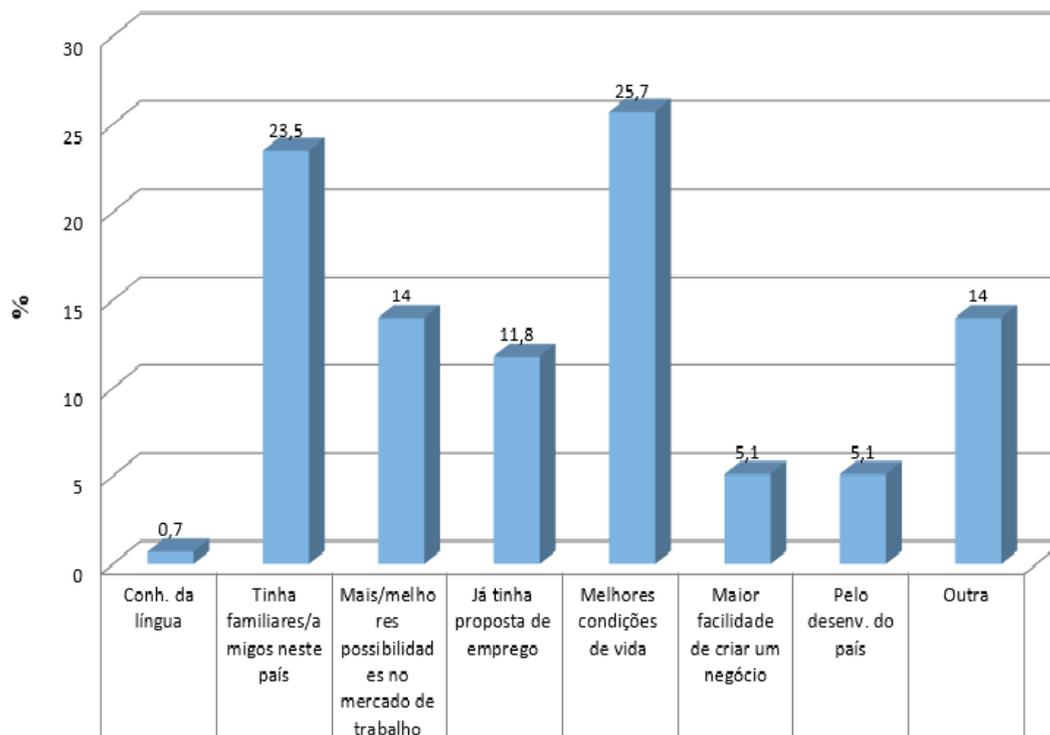
O processo migratório é outro fator que pode influenciar o processo de integração. A decisão de emigrar e os motivos que levaram à mesma, podem ser bastante variados e

constituírem um entrave à integração. As relações familiares e a emigração por motivos familiares podem ser interpretadas como uma base estruturada para as boas práticas do processo de integração.

No que diz respeito à análise dos dados recolhidos, dos motivos apresentados pelos indivíduos questionados para justificarem o ato de emigrar, destaca-se a procura de 'melhores condições de vida' com 25,7%, como seria expectável, e está relacionada com a procura de melhores condições económicas, encontrando eco na diferença salarial entre o país de origem e o de acolhimento. As questões relacionadas com o reagrupamento familiar também são destacadas com 23,5% dos inquiridos a assumir que ter amigos ou familiares no país fez parte dos seus motivos para emigrar. Este 'conforto' familiar revela-se assim bastante importante na decisão de emigrar. Este motivo parece influenciar mais a escolha do destino do que propriamente os motivos originais para emigração, que estão sobretudo relacionados com o mercado de trabalho e a concretização de projetos de carreiras profissionais.

As questões relacionadas com o mercado de trabalho também representam 25,8%. O 'já tinha proposta de emprego' conta com 11,8%, e as 'mais e melhores possibilidades no mercado de trabalho' com 14%. Mais uma vez, estes motivos estão relacionados com a questão económica referida anteriormente. Verificamos que o conhecimento da língua apresenta uma percentagem bastante reduzida (0,7%), o que é natural, visto que Andorra é o único Estado que tem como língua oficial o catalão (Figura 13).

Figura 13 - Fatores que motivaram a saída de Portugal



Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013

4.2 - Caracterização das empresas em estudo

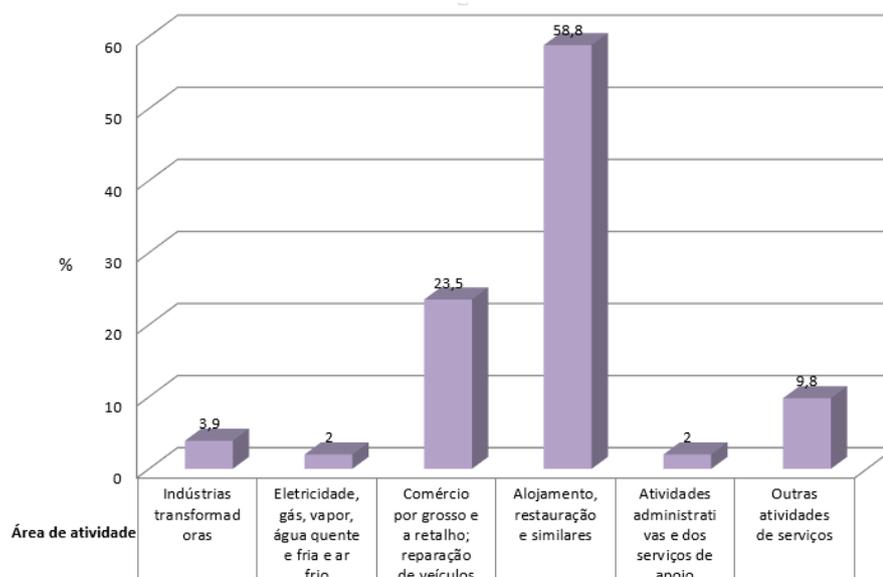
A caracterização das empresas é uma vertente essencial deste trabalho, pois é a única forma de as compreendermos na íntegra.

O tipo de negócio que é gerido pelos inquiridos, concentra-se, especialmente, nas áreas de comércio de proximidade, nos serviços e na restauração. Nota-se uma importância significativa desta última área (“alojamento, restauração e similares”), que representa 58,8% do total de casos. Segue-se o “comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos”, que revela 23,5% dos negócios desenvolvidos. As “outras atividades de serviços”, com 9,8% são sobretudo serviços pessoais, como os salões de cabeleireiros, de estética, ou as lavandarias, geridos por mulheres (Figura 14).

Reproduz-se a seguir uma narrativa de uma das entrevistas realizadas junto das empresas portuguesas, que confirma o que encontramos através dos questionários.

(...) a maior parte das empresas que temos são do ramo da restauração. Depois temos a de primeira qualidade, mas a mais frequente e a mais baixa é um pequeno bar, um pequeno snack-bar ou a pequena cafetaria (...) (E₆, Mulher, 38 anos, Licenciada).

Figura 14 - Área de atividade dos inquiridos



Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

No cruzamento de dados entre a área de atividade e o sexo dos inquiridos (Quadro 6), os resultados apontam para a inexistência de correlação, ou seja, as duas variáveis são independentes. O cálculo do Qui-quadrado é inconclusivo porque 66,7% das células tem uma contagem inferior a 5. Por outro lado, também não é possível utilizar o teste exato de Fisher, pois o cruzamento não é quadrado, ou seja (2x2). Por sua vez, os valores da significância aproximada apresentam um valor superior a 0,05, e este leva-nos a concluir que não existe correlação entre as variáveis apresentadas. No entanto, podemos sustentar a afirmação anterior respeitante à área de “outras atividades de serviços” (Quadro 6) onde verificamos que, neste sector, contamos apenas com a atividade a laborar nas mãos de cinco mulheres (19,2%), não havendo nenhum caso no sexo masculino. Por outro lado, nas áreas de “indústrias transformadoras” e “Eletricidade,

gás, vapor, água quente e fria e ar frio”, a administração é exclusiva do sexo masculino. Nas demais áreas de atividade, a distribuição é similar entre os dois sexos.

Como já afirmamos anteriormente, são 26 (51%) as mulheres empreendedoras (um grupo bastante significativo em 51 questionários aplicados). Trata-se de uma percentagem significativa, uma vez que no trabalho de campo realizado não foram aplicados quaisquer critérios de seleção por sexo dos empreendedores.

A preferência pelos produtos portugueses foi constatada nas várias empresas visitadas, sendo que algumas se dedicam exclusivamente à venda de produtos portugueses, e outras têm produtos de outras origens para comercialização. Nas entrevistas e na resposta à pergunta ‘Tem preferência por fornecedores portugueses?’, obtivemos algumas narrativas que passamos a expor:

(...) não exatamente pelos fornecedores portugueses mas, pela qualidade do produto, o calçado português (E7, Mulher, 28 anos, Licenciatura).

Neste momento as fábricas com quem eu trabalho fecharam, e estou com a intenção de ir a Paços de Ferreira encontrar alguém interessado em vender para aqui pois há algumas fábricas que não querem vender para Andorra devido ao problema dos limites fronteiriços para a entrada do produto (E5, Mulher, 52 anos, bacharelato).

A localização e o forte tecido empresarial em volta do comércio, restauração e similares e os restantes serviços, nomeadamente os cuidados estéticos, cabeleireiro e lavandarias também parecem indicar que estas atividades são de frequente referência para mulheres empreendedoras, nomeadamente as da emigração portuguesa, que foi sempre bastante significativa no território de Andorra.

Quadro 7 - Área de atividade e sexo do inquirido

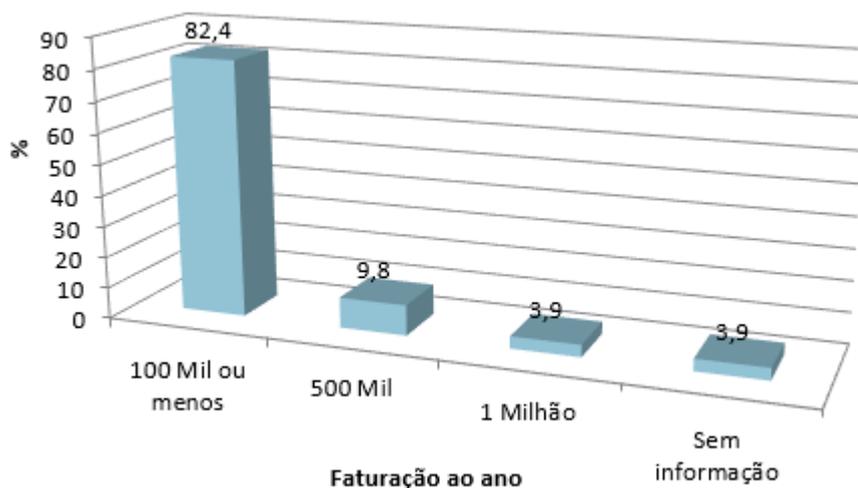
	Sexo do inquirido			
	Sexo Feminino		Sexo Masculino	
	Nº	%	Nº	%
Indústrias transformadoras	0	0,0	2	0,8
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0,0	1	4,0
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	5	19,2	7	28,0
Alojamento, restauração e similares	15	57,7	15	60,0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1	3,8	0	0,0
Outras atividades de serviços	5	19,2	0	0,0
Total	26	100,0	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em março de 2013.

Tendo em conta os resultados mencionados, no que se refere à caracterização das empresas portuguesas em Andorra, validamos aqui a primeira hipótese de trabalho mencionada na introdução desta dissertação, quando se partia do pressuposto, sinteticamente, que as empresas geridas por portugueses eram efetivamente estabelecimentos de comércio e restauração e se considerava ainda a possibilidade da existência da área de serviços.

(9,8%), e duas empresas a faturarem um milhão por ano de faturação (Figura 17). Apesar de a uma esmagadora maioria se enquadrar num volume de faturação de uma pequena ou média empresa, destacamos estes exemplos de maior dimensão empresarial, que podem ser um exemplo a seguir quanto ao desenvolvimento das empresas. Estes casos não devem deixar de ser considerados, apesar de menos representativos.

Figura 17 - Faturação anual



Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

O número de empregados das empresas é um indicador relevante da sua dimensão e do seu impacto na sociedade em que se insere, pois, desta forma, temos acesso ao número aproximado de pessoas envolvidas no processo económico que é criado pelas empresas portuguesas. Segundo a OECD (*Organisation for Economic Co-operation and Development*), em 2010, a criação de negócios por parte dos emigrantes em larga escala, englobando vários sectores e profissões, e a sua contribuição para a criação de emprego, tem vindo a aumentar progressivamente na última década. Tendo em conta que se trata de empresas de pequena dimensão, como constatamos pela faturação anual, em 51% dos casos a empresa detém 9 ou menos empregados, em 5,9% tem entre 10 e 49 empregados, e, em 43,1% dos casos, a empresa não dispõe de empregados (Figura 18). Estes resultados permitem-nos constatar que o reduzido número de funcionários, ou mesmo a inexistência dos mesmos, é um indicador de que estamos perante pequenas

empresas de cariz familiar, onde todos são integrados como colaboradores e não como funcionários.

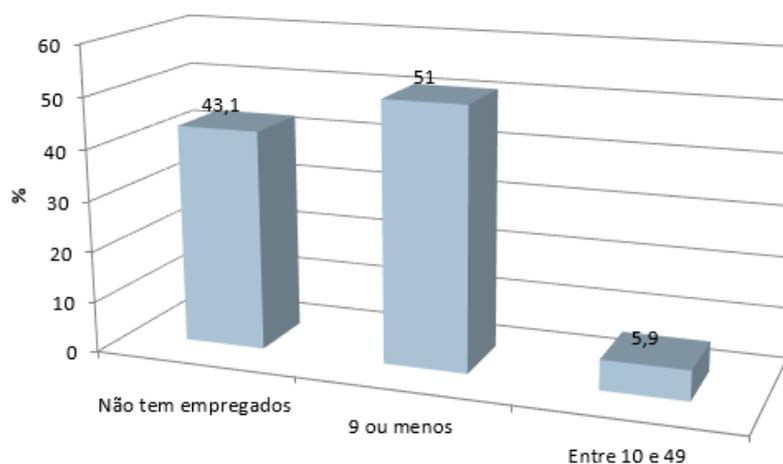
Na situação atual perante a profissão, os inquiridos assumem-se todos como trabalhadores por conta própria, o que nos permite diferenciar os empreendedores que possuem empregados ou não. Em divergência com o número reduzido de empregados, verificamos que 56,9% dos inquiridos (29 indivíduos) afirmam ter empregados e 43% (22 indivíduos) afirmam não ter empregados (Quadro 7).

Quadro 8 - Situação atual na profissão

	Nº	%	Percentagens Acumuladas
Trabalhador por conta própria c/empregados	29	56,9	56,9
Trabalhador por conta própria s/empregados	22	43,1	100,0
Total	51	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

Figura 18 - Número de empregados



Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

O tipo jurídico da empresa revela-nos uma das opções tomadas no ato de criação da mesma. Esta classificação é um ponto bastante importante para a definição legal de um negócio. A distribuição das três diferentes qualificações jurídicas, assumidas pelos inquiridos, é diferenciada. O 'empresário individual' é a modalidade em que se enquadra

a maioria dos empresários (70,6%), com maior incidência de mulheres, mas a divergência não é significativa. Quanto a sociedades, a 'sociedade limitada' representa 21,6%, e a 'sociedade anónima' 7,8%, não se verificando aqui um desvio acentuado entre sexos (Quadro 8).

No que diz respeito ao cruzamento de dados, o teste de chi-quadrado é inconclusivo, devido a 33,3% das células apresentarem uma contagem inferior a 5. Os valores correspondentes à significância aproximada têm um valor superior a 0,05, logo assumimos que as variáveis são independentes, isto é, não existe correlação.

Quadro 9 - Tipo jurídico da empresa e sexo do inquirido

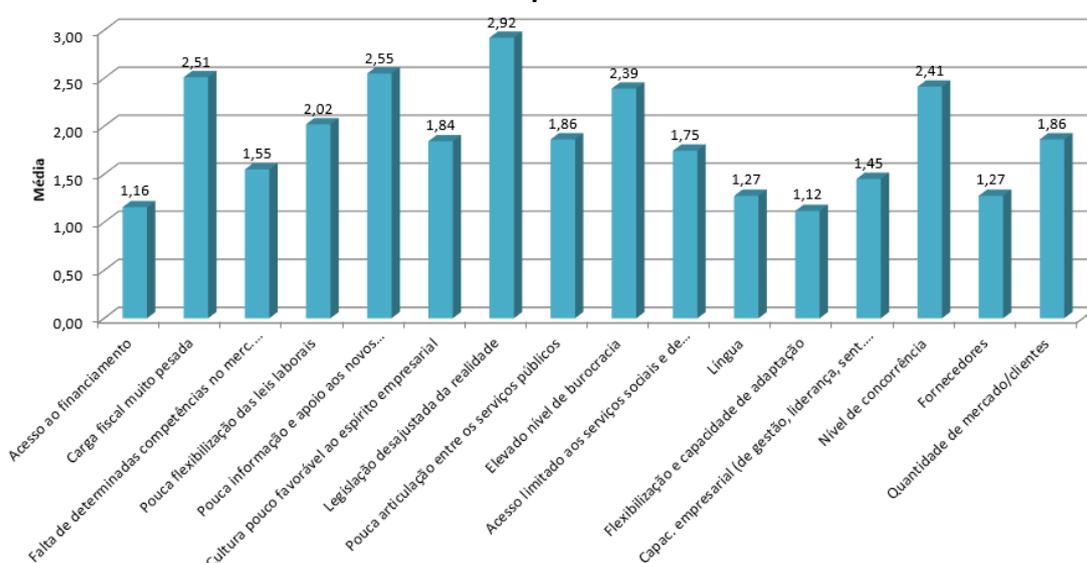
	Sexo do inquirido				Total	
	Sexo Feminino		Sexo Masculino			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empresário individual	20	76,9	16	64,0	36	70,6
Sociedade anónima	1	3,8	3	12,0	4	7,8
Sociedade limitada	5	19,2	6	24,0	11	21,6
Total	26	100,0	25	100,0	51	100,0

Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

Os inquiridos foram questionados em relação aos obstáculos ao empreendedorismo encontrados no território onde iniciaram o seu negócio. No que concerne a esta questão, estão em causa vários fatores condicionantes no processo empresarial, tendo em conta que os inquiridos não se encontram no país de origem. Estas condicionantes foram inquiridas usando uma escala de Likert, pois é das mais utilizadas, e uma forma fiável de medir atitudes e comportamentos, utilizando vários níveis (neste caso de 1 a 5). Apresentamos uma média total das respostas obtidas a cada uma das condicionantes

pré- definidas no questionário. As médias são relativamente baixas, o que nos leva a acreditar que, em Andorra o empreendedorismo emigrante não encontra demasiados entraves. O fator com a média mais elevada é a “legislação desajustada à realidade” com 2,92, o que se compreende devido aos dez anos de permanência exigidos para iniciar um negócio. É de destacar também a “Pouca formação e apoio aos novos empresários” com 2,55 de média, a “carga fiscal muito pesada” com 2,51, o “nível de concorrência” 2,41 e por último, o “Elevado nível de burocracia” com 2,39%, (Figura 19).

Figura 19 - Obstáculos encontrados pelos inquiridos no processo de formação da sua empresa



Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

4.3 - Participação associativa

No panorama migratório, as associações são interpretadas diversas vezes como uma forma diferenciadora e de ligação a pertenças culturais enraizadas, e que acompanham os migrantes. Pode tratar-se de pertenças comunitárias, regionais, nacionais, sociais, entre outras. Deste modo, elas funcionam como um duplo mecanismo de inclusão social e, ao mesmo tempo, aproximam os grupos de origem e da comunidade de destino (Grassi e Melo, 2007).

Em Andorra, na comunidade portuguesa, o movimento associativo é significativo. Deparamo-nos com 11 associações em diferentes domínios: social, desportivo, cultural,

empresarial e religioso. Estas desenvolvem uma ação bastante ativa, como foi possível observar durante a aplicação prática dos inquéritos. Principalmente as culturais, a nível etnográfico, reúnem todas as semanas para ensaios, confraternizando todos os membros, e colmatando com a participação de crianças andorranas que demonstram interesse nas danças etnográficas portuguesas e no convívio com os amigos portugueses. A título individual, tive o prazer de participar num destes ensaios onde pude constatar o bom ambiente vivido na “Casa de Portugal”, e as informações fornecidas anteriormente. Foi uma boa oportunidade para observar participante não participante.

Várias empresas portuguesas apoiam estas associações através de patrocínios (Figura 20).A “Casa de Portugal” e outras associações etnográficas participam em atividades organizadas pelas instituições andorranas, e em representação da portugalidade, como desfiles pelas ruas ou atuações etnográficas.

Destas associações, o Clube de Empresários Portugueses de Andorra (CEPA) foi referido por cinco dos inquiridos de forma positiva, dado facultar, por exemplo, ações de formação aos empresários e atribuir prémios anuais de desempenho empresarial.

Também algumas associações desportivas às quais quatro empreendedores pertenciam ou patrocinavam, e as associações culturais relacionadas com as representações etnográficas do seu país de destino foram referidas por sete dos inquiridos, em termos de participação. Mas o tipo de participação nem sempre é ativa, como pudemos constatar na inquirição realizada, justificada com a falta de tempo. No entanto, contribui-se monetariamente para as diversas atividades promovidas, em permuta de publicidade.

Ainda assim, apenas 27,5% dos inquiridos afirmaram pertencer a uma associação, contrapondo com 72,5% dos que não pertencem a qualquer tipo de associação. Assumimos, no entanto, que as questões previstas no questionário são um pouco limitativas para avaliar a inserção na sociedade Andorrana. Isto porque as associações podem ser dirigidas por portugueses ou não, e também pelo facto de a participação numa associação através de patrocínios por parte dos empresários não implicar a necessidade de pertença à mesma.

A participação associativa foi considerada uma variável independente para o cruzamento de dados referentes aos grupos de anos de saída de Portugal. Como podemos verificar no Quadro 9, a correlação entre os grupos de anos de saída e a participação numa associação é nula, pois as variáveis cruzadas não valorizam da mesma forma o atributo, ou seja, não existe correlação entre as duas variáveis.

Assumimos, no entanto, que as questões previstas no questionário foram em número limitado para avaliar a inserção na sociedade Andorrana. Isto porque as associações podem ser dirigidas por portugueses ou não, e também temos o facto de a participação numa associação através de patrocínios por parte dos empresários, não implicar a necessidade de pertença à mesma. Como podemos observar nas narrativas seguintes, proferidas por um dos entrevistados.

(...) sócio não sou mas sou dos máximos patrocinadores deles, da Casa do Alto Minho e da Casa de Portugal. Ajudo Andorranos, ajudo Portugueses. Quando me pedem eu ajudo (E₃, Homem, 36 anos, 8ºano de escolaridade).

Eu não estou metida em associações porque não tenho tempo, o meu problema é falta de tempo, porque o pouco tempo que tenho dedico-o à minha casa, porque se eu tivesse tempo livre eu também participaria. A Casa de Portugal está onde está porque no seu dia lhes procurei o local e lhes abri as portas para que eles alugassem esse sítio. A Casa de Benfica quando abriu os primeiros anos que foram quase vinte anos no mesmo local fui eu que consegui o local e o contrato, portanto, foi uma coisa que naquele momento que eu pode ajudar e ajudei, mas não dá para frequentar porque quem tem um negócio aberto não tem vida” (E₅, Mulher, 52 anos, bacharelato).

Figura 20- Pannel de patrocinadores na Casa Portuguesa



Fonte: fotografia captada pela autora, em 22-03-13.

Quadro 10- Grupos de anos de saída de Portugal e participação associativa do inquirido

	Participação associativa do inquirido			
	Não		Sim	
	Nº	%	Nº	%
Entre 1960 e 1979	4	10,8	2	14,3
Entre 1980 e 1999	25	67,6	10	71,4
Entre 2000 e 2007	7	18,9	2	14,3
2008 em diante	1	2,7	0	0,0
Total	37	100,0	14	100,0

Fonte: Inquérito por questionário realizado em Andorra, em Março de 2013.

O tipo de associação a que os inquiridos pertencem, é, de facto, revelador das características dos interesses pessoais, motivações e crenças do indivíduo. É de referir que a questão (Faz parte de algum tipo de associação? Se sim, que tipo de associação?) foi de resposta múltipla. Dos 14 que responderam à questão de forma positiva, a associação cultural conta com 5 interventores seguida de 4 das associações empresariais

ou sindicais. Os restantes inquiridos repartiram-se por associações desportivas e de solidariedade social.

Foi possível constatar, numa perspetiva de observação não participante, algumas lamentações em razões do valor da anualidade para pertencer ao CEPA, e o mau funcionamento do mesmo desde há quatro anos, logo após a mudança de administração. Estes fatores podem ser desencorajadores para os empreendedores aderirem à associação em causa. Foi possível constatar, numa perspetiva de observação não participante, algumas lamentações em razões do valor da anualidade para pertencer ao CEPA, e o mau funcionamento do mesmo desde há quatro anos, logo após a mudança de administração. Estes fatores podem ser desencorajadores para os empreendedores aderirem à associação em causa. Foi possível numa das entrevistas realizadas falar com um membro que faz parte da direção do CEPA, que nos deu a conhecer a sua opinião sobre o funcionamento e a diminuição de associados bem como as suas ações mais recentes, que apresentamos abaixo sob a forma de narrativa.

Faço parte da junta diretiva do CEPA. A verdade é que o CEPA desde que se iniciou a crise notou-se muito uma baixa importante dos sócios, (...) é uma conta muito pequena (...) são 150 euros por ano. Temos muitas empresas que desistem e devolvem os recibos. Agora o CEPA está um pouco parado, (...) mas nós fizemos seções informativas sobretudo quando saíram estas leis de contabilidade (...) e depois a nível fiscal também o fizemos (...) talvez esta parte, fosse a nossa parte mais forte. E todo o apoio que demos e hoje em dia qualquer sócio que venha ter com qualquer membro da junta diretiva procurar apoio nós fazemo-lo. É sempre um suporte empresarial (...) (E6, Mulher, 38 anos, Licenciada).

A avaliação do nível de inserção na sociedade por parte dos emigrantes portugueses, a que nos propomos, é uma pretensão bastante ousada. A deficiente informação no questionário, como, por exemplo, não especificar se a associação é de formação portuguesa ou andorrana, traduz-se numa limitação para a interpretação dos dados. Como sinalizamos vários tipos de associações nas quais os inquiridos admitem participar ativamente, porém em trabalho de observação participante apenas dois dos inquiridos referiram que as associações em que participavam eram de formação andorrana.

Destas, uma era de cariz solidário e a outra de um grupo de indivíduos de determinada paróquia. Em mais uma das entrevistas realizadas a integração foi de certa forma avaliada positivamente pela entrevistada resultando na seguinte narrativa:

Eu integrei-me bastante no país. Tenho amigos portugueses mas também tenho muitos amigos andorranos, gente importante (...) há gente que veio para aqui e leva muitos anos aqui, e não se integrou e eu considero que se as pessoas vão para onde vão têm que se integrar seja por um mês por um ano ou por toda a vida (...) porque se não somos nós que nos discriminamos nós mesmos (...) vivem entre grupos entre Portugueses e não há mais e não pode ser (E5, Mulher, 52 anos, bacharelato).

Foi igualmente possível observar que grande parte dos emigrantes que, de alguma, forma participam em alguma associação independente fazem parte de associações portuguesas. Ainda integrando a observação não participante durante o estudo de campo, tive a oportunidade de assistir a uma palestra intitulada, “*La interculturalidade no es (sólo) cuestión de cultura*” proferida pelo Professor Francisco Javier Lucas Martin, da Universidade de Valença, com sessão de abertura a cargo da educação do governo de Andorra, Roset Sufié Pascuet. Nesta palestra, o que mais me interessava, era colher informação sobre a comunidade portuguesa. A ministra da educação, de uma forma muito objetiva, referiu que os portugueses, em termos gerais, se fecham muito na suas vivências, não interagem nos eventos promovidos pelo governo andorrano. Esta sua observação foi constatada com a presença de apenas três portugueses na sala da palestra. Embora não tivesse sido referido qualquer outro elemento negativo, este comentário pode ser interpretado como uma vontade de mais interação entre as várias nacionalidades que convergem no pequeno país dos Pirenéus.

Esta nova visão apresentada por uma outra segmentação da sociedade andorrana obriga-nos a refletir sobre a posição dos portugueses no seu país de acolhimento. Os portugueses em Andorra, pela sua representatividade social, não passam despercebidos, até em razão das suas atividades associativas, que são diversas, como acima referimos. E a sua identidade manifesta-se na língua portuguesa que utilizam para comunicar, até mesmo no seu local de trabalho (no caso dos inquiridos), na identificação

com elementos portugueses nos seus estabelecimentos, e na utilização da gastronomia portuguesa. Observou-se também um bom relacionamento entre todos os inquiridos e, generalizando, os portugueses em Andorra, pela observação que me foi possível realizar, relacionam-se bem, havendo um espírito de interajuda, e respeitam a concorrência dos restantes empreendedores portugueses.

A comunidade portuguesa em Andorra está dotada de varias associações e também conta com algumas formas de comunicação, como o exemplo da revista voz lusa semestral, que se auto descreve na sua página virtual desta forma:” a Voz Lusa é uma revista criada no Principado de Andorra para explicar o que ele faz ou o que afeta diretamente a comunidade Português residente em Andorra” em www.facebook.com/AVozLusa (consultado a 14-09-2013). Conta também com a rádio *on-line* portuguesa gerida por um emigrante, a “Radio Ondas do Minho”. Estes meios de divulgação utilizados pela comunidade portuguesa transmitem-nos um sentido de coligação entre os vários movimentos associativos e os emigrantes, sendo esta a forma mais simples de chegar a todos os portugueses residentes em Andorra.

De entre todas as informações em relação à integração dos portugueses no país de destino, podemos afirmar que estes se encontram razoavelmente integrados na sociedade onde vivem e trabalham, validando, desta forma a segunda hipótese considerada de trabalho. Apenas não se confirma ao nível da participação política que referimos, o que já foi devidamente acautelado anteriormente.

4.4 - Notas conclusivas

Grande parte dos negócios estabelecidos em Andorra e dirigidos por portugueses respeitam à área de atividade da restauração e similares, e são de pequena dimensão. Atendendo a indicadores, como o número de empregados reduzido e a faturação anual maioritariamente não sendo esta elevada, entre outros indicadores, é-nos permitido concluir a maior parte das empresas assumem um carácter familiar.

A integração dos emigrantes portugueses no país de destino não é um dado exato no qual nos possamos fundamentar para tirar conclusões. Se, por um lado temos os dados

obtidos no questionário realizado, que nos apontam para uma reduzida percentagem de aderentes a movimentos associativos, por outro lado contamos com a observação não participante que, como verificamos, nos indica que a esmagadora maioria dos movimentos associativos frequentados estão relacionados com a comunidade portuguesa.

5 - Considerações finais

O empreendedorismo, como temática do presente trabalho, é muito mais complexo do que o simples ato de iniciar um negócio, a título individual ou em grupo, apesar de alguns autores referidos descreverem o empreendedorismo como um ato de início de uma atividade independente, em termos profissionais. No entanto, podemos também constatar autores com uma opinião diferente e, para estes, a iniciação de um negócio não é suficiente para ser qualificado um ato empreendedor.

Contactamos também que o termo empreendedorismo e empreendedor são normalmente confundidos, o que se compreende em razão de um termo estar diretamente relacionado com o outro. Equaciona-se muitas vezes as características de um empreendedor à definição de empreendedorismo. A inovação é também um conceito muito relacionado com o empreendedorismo defendido por autores que os relacionam numa perspetiva de necessidade mútua entre os dois termos, estando entre eles Shumpeter (1934) e Druker (1993). Contrapondo o risco, este está também associado ao termo principal que é o empreendedorismo, defendido por Sarkar (2010), para quem o empreendedor pode não criar nada de inovador mas corre sempre riscos inerentes ao negócio, pela incerteza que está relacionada com o ato de iniciar um negócio Knight (1921, citado por Fillion, 1999).

O estudo do empreendedorismo é cada vez mais repartido entre várias áreas do conhecimento, o que demonstra interesse pela temática.

A emigração portuguesa foi outro tema abordado no decorrer deste trabalho, sendo um fenómeno que acarreta consequências nas sociedades emissoras e recetoras, assim como na economia e demografia. O nosso país assistiu a episódios diferenciados de

etapas emigratórias, ao longo dos tempos, assim como também vivenciou a imigração e, mais recentemente, voltou a ter motivos para observar a emigração, sendo que esta última nunca deixou, apesar de tudo, de ser uma realidade nacional (Peixoto, 2012).

Neste contexto, propusemo-nos investigar o empreendedorismo numa comunidade portuguesa em Andorra. O empreendedorismo emigrante pode ser compreendido como tendo benefícios claros, tais como: a criação de novos negócios e o investimento económico; a criação de novos postos de trabalho; a promoção da competitividade e o desenvolvimento associado; as ferramentas de negócio inovadoras. Outro fator que importa mencionar, é que o emigrante que se sente capaz de assumir o risco de iniciar um novo negócio no país de acolhimento, está inteirado da realidade local, ou seja, tem uma consciência do mercado onde se vai inserir, e estas constatações exigem uma integração social capaz de perspetivar um negócio fora do país de origem.

Em termos gerais, estas são as condições gerais mais frequentemente apontadas pelos empreendedores, tendo sido também possível a observação da ligação simbólica com o país de origem, assinada de diversas formas, seja com a venda de produtos portugueses, com a identificação do espaço com símbolos nacionais (Bandeira, símbolos dos clubes nacionais, simbolismo regional, entre outros). A gastronomia portuguesa é um dos trunfos dos empresários da área de restauração, que é bastante representativa em termos numéricos. A língua portuguesa também é utilizada nas empresas portuguesas, pois os funcionários, na grande parte dos casos, são portugueses e é em português que comunicam. Denota-se assim uma ligação com o país de origem através destes elementos agregadores.

Os resultados encontrados revelam que a maioria das empresas geridas por portugueses em Andorra é de pequena dimensão, e que as mesmas assumem um padrão familiar. A maior parte das empresas em estudo concentram-se, sobretudo nas áreas de comércio de proximidade, nos serviços e restauração, sendo que a última área corresponde a 58,8% do total da amostra. No que concerne à participação numa associação, apenas 27,5% dos inquiridos afirma pertencer a um movimento associativo.

A inserção dos portugueses na sociedade Andorrana parece ter ocorrido de forma pacífica, tendo em conta todos os resultados apontados no decorrer do trabalho. Apesar

dos dados em relação à inserção não sejam de certo modo precisos, como já referimos anteriormente. Pois deparamo-nos com a situação de uma reduzida percentagem de aderentes a movimentos associativos, bem como verificamos, que a esmagadora maioria dos movimentos associativos frequentados estão relacionados com a comunidade portuguesa local.

As principais limitações ao trabalho realizado foram as falhas apontadas anteriormente ao questionário, quanto às questões relacionadas com a participação nas associações embora estas fossem colmatadas, na nossa opinião com a participação participante e não participante. De forma a chegarmos a consenso de ideias sobre a integração dos portugueses estudados. Outra limitação já apontada é a distância entre o local do trabalho de investigação e o local de estudo de campo, realizado em Andorra que de certo modo condicionou o número de inquiridos. Por último, a limitação da falta de trabalhos realizados em Andorra tendo como objeto de estudo empresas portuguesas, limitando uma análise comparativa de resultados.

Para trabalhos futuros deixamos algumas pistas que possivelmente poderão ajudar a decidir uma temática de trabalho e as premissas do mesmo. Atualmente, como referimos Portugal depara-se com uma nova fase da emigração portuguesa. Como já foi possível observar, um dos empresários inquiridos saiu de Portugal depois de 2008. Esta fase de novos emigrantes pode ser investigada, com maior detalhe, quanto às suas qualificações e às suas pretensões e se estas se diferenciam realmente das pretensões dos emigrantes anteriores. São muitas vezes apontadas grandes diferenças, e seria viável constatar verdadeiramente as diferenças ou semelhanças dos emigrantes que convergem em alguns países de destino. Será de interesse averiguar o comportamento dos emigrantes nos destinos mais recentes e perceber, de facto quais são os fluxos migratórios para os mesmos.

Será também motivante estudar os percursos profissionais dos empreendedores emigrantes, assim como as motivações pessoais e profissionais que ajudaram na decisão de abrir um negócio no país de destino.

Bibliografia

- Arroteia, J.C. (1982)**, *Os ilhavs e os murtoseiros na emigração portuguesa*, Tese de Doutoramento em Geografia na Universidade de Aveiro, 209 p.
- Arroteia, J. C. (1985)**, *Atlas da Emigração Portuguesa*, Secretaria de Estado da Emigração Centro de Estudos, Porto.
- Arroteia, J. C. (2007)**, *Migrações internacionais: Portugal como destino, “Língua portuguesa e Integração”* Universidade de Aveiro.
- Arroteia, J.C. (2001)**, “Aspectos da emigração portuguesa”, *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografia & Ciências Sociales, Universidad de Barcelona, 94 (30), (Actas do coloquio internacional de Geocrítica), edição especial.
- ASHOKA (2004)**, “*Social Entrepreneur*” Disponível em: <http://www.ashoka.org> (consultado a 12-01-13).
- Baganha, M., Marques, J. e Gois, P. (2004)**, “Novas migrações, novos desafios: A imigração do leste Europeu” *Revista Crítica de Ciências Sociais* (69) pp. 95-115.
- Baganha, M. Ferrão, J. Malheiros, J. (orgs.), (2002)**, *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do emprego e Formação Profissional.
- Baganha, M. e Marques, J. (2001)**, *Imigração e Política: O caso Português*, Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- Barreto, A. (Org.) (2005)**, *Globalização e migrações*, Colec. Estudos e investigações, 38, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Barros, A. e Pereira, C. (2008)**, “Empreendedorismo e Crescimento Económico: uma Análise Empírica”, *RAC Revista de Administração Contemporânea*, 12 (4), pp. 75-993.
- Bernardes, O. (2011)**, “Eficiência Empreendedora dos Municípios de Portugal Continental 2007” Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Bogdan, R.; Biklen, S. (1994), *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto.

Caldeira, M.J. (2011), *Migrações laborais e processos de integração no mercado de trabalho. O caso dos Imigrantes da Europa de Leste no Grande Porto e dos Portugueses em Genebra*, Tese de Doutoramento em geografia Humana, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 470 p.

Carvalho J. (2007), *Portugueses em Andorra “uma visão global”*, Andbanc, Andorra.

Carvalho, F. (2011), *A emigração Portuguesa nos anos 60 do Século XX: Porque não Revisitá-la Hoje?*, Centro de Estudos Sociais (CPES) e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) Lisboa.

Comissão Europeia (2003), *Livro verde: Espírito Empresarial na Europa*, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003_0027pt01.pdf (acedido em: 17-12-12).

Dess, G.J. (1998), *The Meaning of “Social Entrepreneurship”*, Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, Stanford University.

Dinh B.; Mung E. (2008), “A política migratória francesa e o empreendedorismo imigrante”, *Revista Migrações- Numero Temático Empreendedorismo Emigrante*, Lisboa, ACIDI, 3, pp. 91-105.

Drucker, P. F. (1993), *Postcapitalist Society*. New York: HerperCollins Publishers.

Fernandes, D. e Santos, C. (2008), “Orientação empreendedora: um estudo sobre as consequências do empreendedorismo nas organizações”, *Revista de Administração de Empresas-eletrónica*, 7 (1) Jan./Jun. Art. 6, pp. 0-0.

Ferreira, S. (2005), *O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal*, Centro de Estudos Sociais, disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/11131> (acedido a 12-11-12).

Ferreira, M., Santos J.; Serra, F. (2010), *Ser Empreendedor – Pensar, Criar e Modelar a Nova empresa*, Edições Silabo, Lisboa.

Filion, L.J. (1999), “Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios”, *Revista de Administração de S. Paulo*, 34 (2), pp. 05-29.

Fontenele, R. (2010), “Empreendedorismo, Competitividade e Crescimento Económico: Evidências Empíricas”, *RAC Revista de Administração Contemporânea*, 14 (6), pp. 1094-1112.

Garcia J. L. et al. (1998), *A Emigração Portuguesa*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Sec. Est. Comunidades Portuguesas.

Garavan, Tomas, N.; Fleming, P.; O’cinneide, B. (1997), *Entrepreneurship in Ireland: An Overview*, Vol. 1, Dublin: Oak Tree Press.

Gartner, W.B. (1985), A Conceptual Framework for Describing the Phenomenon of New Venture Creation, *The Academy of Management Review*, 10 (4) pp. 696-706.

Gartner, W.B. (1989), “Who is an entrepreneur?” is the wrong question”, *Entrepreneurship Theory and Practice* 13, pp. 47-68.

Global Entrepreneurship Monitor (2010), GEM Portugal 2010 Estudo sobre o Empreendedorismo, disponível em: <http://www.empreender.aip.pt> (Acedido a 08-01-13).

GEM (2004), Projeto Global Entrepreneurship, monitor, <http://www.gemconsortium.org/>, (acedido 12-09-2013).

Gonçalves, Ortelinda (2009), *Migrações e Desenvolvimento*, Tese de Doutoramento, Os Portugueses no Mundo, Coleção 2, Fronteira do Caos e CEPESE, Porto.

Gonçalves, V. (2009), “Empreendedorismo do ensino básico ao ensino superior”, *X Congresso – Bragança*, Instituto politécnico de Bragança.

Grassi, M. e Melo, D. (2007), Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração, Working Papers, Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa (acedido a 10-10-13)
http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2007/wp2007_4.pdf

Hisrich, R.D.; Peters, M.P.; Shepherd, D.A. (2009), *Empreendedorismo*, Trad. Teresa Cristina Félix de Sousa, 7ª edição, Porto Alegre, Bookman.

INE (2005), Realidade Emigratória em Portugal, *in*:
<http://alea.ine.pt/html/actual/html/act40.html>, consultado a 22-09-13.

Kyrö, P. (1996), “The points of transition in reforming the understanding and meaning of entrepreneurship”, *Academy of Entrepreneurship*, European Edition, 2(1), pp. 70-93.

Machado, H.; St-Cyr, L.; Mione, A. e Alves, M. (2003), “O processo de criação de empresas por mulheres”, *Revista de Administração de Empresas-electrónica*, 2 (2), jul./Dez., pp.1-22.

Machado, J. (2002), *Contrastes e continuidades: migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Malheiros, J. e Padilla, B. (coor). Rodrigues, F. (2010), *Mulheres Imigrantes Empreendedoras*, comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa.

Malheiros, J. (2008), *Comunidades de origem Indiana na área Metropolitana de Lisboa- iniciativas empresariais e estratégicas sociais criativas na cidade*, *Migrações (3) Observatório da Imigração* pp. 129-154.

Medeiros, C. A. (1985), “Evolução recente da emigração portuguesa”, *Finisterra Revista Portuguesa de Geografia*, XX (39), pp. 173-182.

Mendes, A. (2012), *Empreendedorismo e Crescimento Económico – o caso de Angola*, Dissertação de Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica, Braga, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, 105 p..

Meneses, M. R. (2005), *Empresarialidade Portuguesa na diáspora de imigrantes a empresários*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Aberta do Porto, 152 p.

Moreira, R. (2011), “Empreendedorismo na Universidade do Minho o caso das ciências sociais” CICS working paper 4.

OECD Science and technology policy – Introduction: The New Spin on Spin-offs, disponível em: <http://www.oecd.org> (acedido a 10-12-12).

OECD (2010), *Open for Business: Migrant Entrepreneurship in OECD Countries*. OECD Publishing. (acedido 05-08-13) <http://dx.doi.org/10.1787/9789264095830-en>.

Oliveira, C. (2004), *Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal*, ACIME.

Paiva, A. (1985), *Portugal e a Europa: o fim de um Ciclo Migratório*, Lisboa, IED/CEDEP.

Pandeirada M. M. (2004), Testemunhos do Oceano: Emigração e Literatura em Ferreira de Castro, Dissertação de Mestrado em estudos portugueses e Brasileiros, na faculdade de Letras da Universidade do Porto, 154p.

Peixoto, J. (2004), “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal”, SOCIUS- Centro de Estudos em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Peixoto, J. (2010), Emigração portuguesa: tendências recentes, Lisboa, Observatório de Emprego e Formação Profissional.

Queirós, J. (2011), entrevista ao Observatório da Emigração, 12/7/2011, consultado em <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/5> a 7/11/2012.

Rosário, A. (2007), *Propensão ao empreendedorismo dos alunos finalistas da Universidade do Porto*, Dissertação de Mestrado em Inovação e Empreendedorismo Tecnológico, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, 116 p.

Santos, V. (2004), O discurso Oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e a Imigração dos anos 90 à Actualidade, Lisboa, coleção: Estudos e Documentos do Observatório da Imigração, 8.

Sarkar, S. (2010), *Empreendedorismo e inovação*, 2ª edição, Escolar Editora, Lisboa.

Silva M.; Correia M.; Scholten M.; Gomes L. (2008), “Cultura nacional e orientação empreendedora: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal”, *Comportamento Organizacional e Gestão*, 14 (1) pp. 65-84.

Soares, O.S. (2002), *Visão empreendedora um estudo sobre a influência no micro e pequena empresa*, Dissertação de Mestrado em Administração, São Paulo, Universidade Católica de São Paulo, 105 p.

Tedesco, J.C. (2010), “Trabalho autônomo e empreendedorismo no cenário migratório internacional trabalhadores brasileiros na Itália”, *Teoria e Evidência Econômica*, 16 (35), pp 214-234.

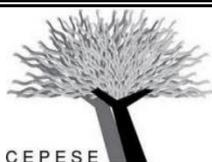
Teixeira, A. (1998), Entrepreneurs of the Chinese community tn Portugal in Beton, G. e Pieke, F., *The Chinese in Europe*, Basingstoke, Macmillan, pp. 238-260.

Teixeira, C. (2001), "Community Resources and Opportunities in Ethnic Economies: A Case Study of Portuguese and Black Entrepreneurs in Toronto", *Urban Studies*, 38(11), pp. 2055-2078.

Wennekers, S.; Thurik, R. (1999), "Linking Entrepreneurship an Economic Growth", *Small Business Economics*, 13, pp. 27-55.

Vale, C.; Wilkinson, J.; Amâncio, R. (2008), "Empreendedorismo, Inovação e Redes: uma nova abordagem", *Revista de Administração de Empresas-eletrónica*, 7 (1), Jan./Jun. pp. 0-0.

Anexos



CEPESE

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE

Porto - Portugal

Inquérito por Questionário

O presente questionário tem como objetivos principais identificar e caracterizar o empreendedorismo de emigrantes portugueses em Andorra, Londres, Nice e Mónaco e avaliar a inserção dos portugueses nos contextos socioeconómicos, culturais e políticos locais.

Insere-se num projeto intitulado “Empreendedorismo emigrante português em Andorra, Londres, Nice e Mónaco”, que está a ser desenvolvido pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto- Portugal (CEPESE).

A sua resposta ao questionário é relevante, pois conhece-se pouco da comunidade de empreendedores/empresários portugueses nos países mencionados, podendo os resultados contribuir para uma melhor inserção no país onde desenvolve a sua atividade.

Os dados fornecidos pelo inquirido são confidenciais.

Muito agradecemos que responda com rigor às questões formuladas.

Sempre que surja nas questões “Andorra/Londres/Nice/Mónaco”, tenha apenas em consideração o país onde reside atualmente.

Gratos pela colaboração!

[Escolher a data]

A-Characterização sociodemográfica

1 – Sexo: feminino ₁ masculino ₂

2 – Em que ano nasceu?

3 – Estado civil:

Solteiro 1
Casado 2
Divorciado/separado 3
União de facto 4
Viúvo 5

4 – Nacionalidade (s): Portuguesa ₁ Dupla nacionalidade ₂ Qual?

5 – Qual era o concelho de residência da sua mãe à data do seu nascimento?

6 – Qual era o seu concelho de residência à data da sua emigração?

7 – Agregado familiar: (pessoas que vivem em sua casa)

Parentesco	Idade	Nacionalidade(s)	Naturalidade

8 – Qual foi o último ano de escolaridade que concluiu?

9 – Obteve formação complementar? Sim ₁ Não ₂
(Se respondeu “Não”, passar à questão 13)

10 – Qual?

11 – Onde obteve essa formação? (pode assinalar mais do que 1 resposta)

Centro de formação
No trabalho
Escola
Associação
Centro de emprego
Outro. Qual?

12 – Como financiou essa formação?

- Recursos próprios 1
Recursos do Estado (formação gratuita) 2
Recursos de entidades privadas (empresas onde trabalhou, etc.) 3
Associação ou Organização não-governamental 4
Outro. Qual? 5

B-Caraterização profissional antes de emigrar

13 – Qual era a sua profissão em Portugal, antes de emigrar para Andorra/Londres/ Nice/Mónaco?

(Detalhe o mais possível a sua resposta. Se estava desempregado(a), refira a última profissão.)

14 – Condição perante o trabalho no país de origem: (assinale só a resposta principal)

- Trabalhador por conta própria c/ empregados 1
Trabalhador por conta própria s/ empregados 2
Trabalhador por conta de outrem 3
Trabalhador em empreendimento familiar não remunerado 4
Estudante 5
Desempregado 6
À procura de 1º emprego 7
Doméstico 8
Reformado/aposentado 9
Militar 10
Vive de rendimentos 11

15 – Fundou alguma empresa em Portugal? Sim 1 Não 2

(Se respondeu “Não”, passar à questão 17)

16 – Se sim, qual era a área de atividade?

- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca 1
Indústrias extractivas. Qual? 2
Indústrias transformadoras. Qual? 3
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio 4
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e 5
despoluição
- | | | | | |
|------------|--|--|--|--|
| Construção | | | | |
|------------|--|--|--|--|
- Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos 6
Transportes e armazenagem 7
Alojamento, restauração e similares 8
Atividades de informação e de comunicação 9
Atividades financeiras e de seguros 10
Atividades imobiliárias 11
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 12
Atividades administrativas e dos serviços de apoio 13
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória 15

Educação	<input type="checkbox"/>	16
Atividades de saúde humana e apoio social	<input type="checkbox"/>	17
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	<input type="checkbox"/>	18
Outras atividades de serviços	<input type="checkbox"/>	19
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	<input type="checkbox"/>	20
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	<input type="checkbox"/>	21

C-Caraterização profissional depois de emigrar

17 – Porque escolheu emigrar para Andorra/Londres/ Nice/Mónaco?
(assinale as 3 principais razões)

- Conhecimento da língua
- Proximidade cultural
- Tinha familiares/amigos neste país
- Mais/melhores possibilidades no mercado de trabalho
- Já tinha proposta de emprego
- Melhores condições de vida
- Maior facilidade de criar um negócio
- Pelo desenvolvimento do país
- Condições políticas favoráveis
- Outra. Qual?

18 – Qual foi a sua primeira profissão em Andorra/Londres/ Nice/Mónaco?

(Detalhe o mais possível a sua resposta)

19 – O empregador era de origem portuguesa?

- Sim 1
- Não 2
- Comecei logo a trabalhar por conta própria 3

20 – Situação atual na profissão: (assinale apenas a principal resposta)

- Trabalhador por conta própria c/ empregados 1

- Trabalhador por conta própria s/ empregados 2
 Trabalhador por conta de outrem 3
 Trabalhador em empreendimento familiar não remunerado 4
 Outra. Qual? 5

D- Caracterização da empresa atual no país de destino: se não trabalha por conta própria passe, por favor, à questão 51.

21 – É proprietário ou sócio de mais do que uma empresa? Sim 1 Não 2

(Se respondeu “Não”, passar à questão 23)

22 – Se sim, quantas?

(Para as seguintes questões tenha em conta a sua empresa principal)

23 – Localização da empresa:

24 – Área de atividade: (assinale apenas a opção principal)

- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca 1
 Industrias extractivas. Qual? 2
 Indústrias transformadoras. Qual? 3
 Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio 4
 Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e 5
 despoluição
- | | | | | |
|------------|--|--|--|--|
| Construção | | | | |
|------------|--|--|--|--|
- 6
 Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos 7
 Transportes e armazenagem 8
 Alojamento, restauração e similares 9
 Atividades de informação e de comunicação 10
 Atividades financeiras e de seguros 11
 Atividades imobiliárias 12
 Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 13
 Atividades administrativas e dos serviços de apoio 14
 Administração pública e defesa; segurança social obrigatória 15
 Educação 16
 Atividades de saúde humana e apoio social 17
 Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas 18
 Outras atividades de serviços 19
 Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de 20
 produção das famílias para uso próprio
 Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais 21

25 – Porque escolheu esta atividade? **Ordene as suas respostas, sendo 1 a principal razão e 6 a menos importante.**

Tinha experiência na atividade	1
Gosto pela atividade	1
Boas perspetivas de mercado	1
Conhecia pessoas que já trabalhavam na área	1
Mais facilidade de, financeiramente, implementar a atividade	1
Surgiu a oportunidade	1

26 – Tipo jurídico da empresa: (assinale apenas 1 opção)

- Empresário individual 1
 Sociedade anónima 2
 Sociedade limitada 3
 Outro. Qual? 4

27 – Número de sócios: (se não tem sócios, passar para a questão 30)

28 – Tem grau de parentesco com os sócios? Sim 1 Não 2

29 – Tem sócios portugueses? Sim 1 Não 2 Se sim, quantos?

30 – Ano de fundação da empresa:

31 – Depois de chegar a Andorra/Londres/ Nice/Mónaco, quanto tempo demorou até **decidir** criar uma empresa? (escolha apenas 1 opção)

- Fui para Andorra/Londres/ Nice/Mónaco decidido(a) a criar uma empresa 1
 Menos de 1 ano 2
 Entre 1 e 3 anos 3
 Entre 4 a 6 anos 4
 Mais de 6 anos 5

32 – Qual era a sua situação perante o trabalho, quando decidiu criar a sua empresa em Andorra/Londres/ Nice/Mónaco?

- Trabalhador por conta própria c/ empregados 1
 Trabalhador por conta própria s/ empregados 2
 Trabalhador por conta de outrem 3
 Trabalhador em empreendimento familiar não remunerado 4
 Estudante 5
 Desempregado 6
 À procura de 1º emprego 7
 Doméstico 8

Reformado/aposentado
Militar
Vivia de rendimentos

9
 10
 11

33 – Depois de iniciar o processo de criação da sua empresa, quanto tempo demorou até à obtenção do alvará/licença?

Menos de 1 mês 1
Entre 1 a 3 meses 2
Entre 4 a 6 meses 3
Mais de 6 meses 4

34 – Foi a sua única empresa fundada em Andorra/Londres/ Nice/Mónaco? Sim 1 Não 2

35 – Atualmente, quantos empregados tem a sua empresa?

Não tem empregados 1
9 ou menos 2
Entre 10 e 49 3
Entre 50 e 249 4
Mais de 250 5

(Se não tem empregados, passar à questão 41)

36 – Quantos desses empregados são portugueses? ±

37 – Quantos dos seus trabalhadores portugueses foram contratados diretamente de Portugal por si? ± Quando? (pode escolher mais do que 1 resposta)

Em 1959 e nos anos anteriores 1
Entre 1960 e 1979 2
Entre 1980 e 1999 3
Entre 2000 e 2007 4
2008 em diante 5
Não sabe precisar o ano 6

38 –
Quando contratou os restantes

trabalhadores portugueses? (pode escolher mais do que 1 resposta)

- Antes de 1960 1
- Entre 1960 e 1979 2
- Entre 1980 e 1999 3
- Entre 2000 e 2007 4
- Depois de 2007 5
- Não sabe precisar o ano 6

39 –
Proporciona
formação
aos seus

empregados/colaboradores? Sim ₁ Não ₂

(Se respondeu “Não”, passar à questão 41)

40 – Se sim, qual o tipo principal de formação que tem facultado aos seus empregados / colaboradores?

- Formação no local de trabalho / na empresa 1
- Escola ou centro de formação 2
- Outro. Qual? 3

41 – Tipo de clientela: percentagem de clientes portugueses ± %

42 – Da clientela de portugueses quantos **não** residem no país onde se encontra?

± %

43 – Tipo de fornecedores: percentagem de fornecedores portugueses ± %

44 – Destes fornecedores quantas são as empresas sediadas em Portugal? ± %

45 – Tipos de recursos financeiros que utilizou: (pode assinalar mais do que 1 resposta)

- Empréstimo à Banca
- Empréstimo de familiares e/ou amigos
- Poupanças pessoais
- Investimentos de associados
- Ajudas do estado/instituições públicas
- Ajudas de associações ou organismos não-governamentais
- Outro. Qual?

46 – Se por algum motivo decidisse vender a sua empresa, neste momento:

- Ficaria com prejuízos 1
- Cobria o seu investimento 2
- Ficaria com lucros 3

47 – Tendo em conta os **obstáculos encontrados** ao longo do percurso da sua empresa, indique um valor para cada item. **Utilize a escala de 1 (não tive problemas) a 5 (tive muitos problemas).**

Acesso ao financiamento	1	2	3	4	5	1
Carga fiscal muito pesada	1	2	3	4	5	1
Falta de determinadas competências no mercado de trabalho	1	2	3	4	5	1
Pouca flexibilização das leis laborais	1	2	3	4	5	1
Pouca informação e apoio aos novos empresários	1	2	3	4	5	1
Cultura pouco favorável ao espírito empresarial	1	2	3	4	5	1
Legislação desajustada da realidade	1	2	3	4	5	1
Pouca articulação entre os serviços públicos	1	2	3	4	5	1
Elevado nível de burocracia	1	2	3	4	5	1
Acesso limitado aos serviços sociais e de negócios	1	2	3	4	5	1
Língua	1	2	3	4	5	1
Flexibilização e capacidade de adaptação	1	2	3	4	5	1
Capacidade empresarial (de gestão, liderança, sentido comercial)	1	2	3	4	5	1
Nível de concorrência	1	2	3	4	5	1
Fornecedores	1	2	3	4	5	1
Quantidade de mercado/clientes	1	2	3	4	5	1
Outros. Quais?	1	2	3	4	5	1

48 – Indique 3 medidas, por ordem de importância, que poderiam facilitar o empreendedorismo em Andorra/Londres/ Nice/Mónaco.

1ª

2ª

3ª

49 – Tendo em conta a sua empresa, indique um valor para todos os itens seguintes. **Utilize a escala de 1 (ponto fraco da empresa) a 5 (ponto forte da empresa).**

Competências da equipa/Recursos Humanos	1	2	3	4	5	1
Competências comerciais/Negociação/Fazer novos negócios	1	2	3	4	5	1

Comunicação	1	2	3	4	5	1
Qualidade do produto/Serviço	1	2	3	4	5	1
Inovação	1	2	3	4	5	1
Preços competitivos	1	2	3	4	5	1
Relacionamento entre sócios se aplicado	1	2	3	4	5	1
Localização da empresa	1	2	3	4	5	1
Ambiente vivido na organização	1	2	3	4	5	1
Capacidade de mudança/Adaptabilidade	1	2	3	4	5	1
Experiência no setor	1	2	3	4	5	1
Acesso ao crédito	1	2	3	4	5	1
Relacionamento entre empresário e organismos públicos	1	2	3	4	5	1
Resolução de problemas	1	2	3	4	5	1
Domínio de conhecimentos	1	2	3	4	5	1
Recursos organizacionais (infraestruturas; equipamentos)	1	2	3	4	5	1

50 – Qual é, em euros, aproximadamente, o volume de faturação do ano anterior (2011).

100Mil ou - 500Mil 1Milhão 2Milhões 4Milhões 6Milhões 8Milhões 10Milhões ou +

<input type="checkbox"/>							
--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

E-Percurso migratório:

51 – Em que ano saiu de Portugal?

52 – Viveu noutra país, que não Portugal, antes de emigrar para Nice/Andorra/Londres/Mónaco?

Sim 1 Se sim, qual?

Não 2

53 – Antes de emigrar, outros familiares/amigos já tinham emigrado? Sim 1 Não 2

54 – Se sim, para onde?

55 – Depois de emigrar facilitou a emigração de familiares ou amigos? Sim ₁ Não ₂

56 – Faz parte de alguma associação em Andorra/Londres/ Nice/Mónaco? Sim ₁ Não ₂
(Se respondeu “Não”, passar à questão 58)

57 – Se sim, que tipo de associação: (pode assinalar mais do que 1 resposta)

- Associação cultural
- Associação desportiva
- Associação política / partido
- Associação de solidariedade social
- Associação empresarial /Sindicato

58 – No dia-a-dia, excluindo os contactos familiares, relaciona-se com pessoas de que origem / nacionalidade?

Portugueses	±	%
Andorranos/Ingleses/Franceses/Monegascos	±	%
Outros europeus	±	%
Outras nacionalidades. Quais?	±	%
Total = 100%		

59 – Em casa, qual é a língua que utiliza correntemente?

60 – No local de trabalho utiliza a língua portuguesa para comunicar? Sim ₁ Não ₂

(Se respondeu Não, passar para a questão 62)

61 – Se sim, qual a percentagem do tempo que a utiliza? %

62 – Tem planos de expansão da sua atividade económica/empresarial?

Sim ₁ Não ₂ (Se “Não”, passar à questão 64)

63 – Se sim, pretende expandir essa atividade para Portugal? Sim ₁ Não ₂

64 – Tem como projeto regressar a Portugal? Sim ₁ Não ₂

(Se respondeu não, terminou o inquérito.)

65 – Se sim, quando pretende fazê-lo?

- Nos próximos 5 anos 1
- Nos próximos 10 anos 2
- Nos próximos 15 anos 3
- Nos próximos 20 anos 4
- Só depois de reformado 5

Muito obrigado(a).

Anexo 2- Guião da entrevista

O presente Guião de Entrevista insere-se na abordagem qualitativa do projeto: “Empreendedorismo Emigrante em Andorra, Nice, Londres e Mónaco” desenvolvido no Porto, Portugal sob a coordenação da Prof^a Doutora Ortelinda Barros, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Protocolo da Entrevista:

- Explicar os objectivos da entrevista e os fins a que se destina;
- Referir que a entrevista será gravada, obtendo a respectiva autorização para o fazer;
- Identificar corretamente a entrevista (registo sonoro e correspondente catalogação escrita);
- No contacto previamente estabelecido, explicar o tempo que a entrevista em média poderá demorar (40-60 minutos);
- Realizar a caracterização do entrevistado respeitando os tópicos da primeira página (estes elementos deverão estar presentes no início da catalogação escrita);
- Tratando-se de uma entrevista semidiretiva, as questões que se seguem constituem uma estrutura orientadora e deverão ser exploradas com o maior grau possível de profundidade;

Data de realização da entrevista: __/__/__

1 - Caracterização do entrevistado e contextualização

- Sexo
- Idade
- Nível de instrução
- Situação na profissão
- Sector de atividade
- Tipologia jurídica da empresa
- Dimensão da empresa

- Cidade

2 - Percursos Migratórios e Processos Pessoais e Sociais Desenvolvidos.

- Em que situação familiar se encontrava em Portugal antes de emigrar?
- Quais foram os motivos que o incentivaram a emigrar? (motivos pessoais/outros)
- Quais eram os objectivos pessoais que se propôs alcançar com a emigração? Como esperava alcançá-los?
- Como se realizou o processo de emigração? Quando? Foi sozinho? Foi a primeira vez que emigrou? Dentro do contexto familiar já existiam histórias de emigração?
- Como e porquê escolheu este país?
- Quais foram os primeiros passos que deu nos momentos iniciais da sua migração? (habitação, trabalho, contactos, etc.)
- Associa algum evento ou acontecimento pessoal ou histórico (situação política, económica ou social em Portugal) com o seu processo migratório?

3 - Construção e Desenvolvimento de um Itinerário Empreendedor.

- Em que situação profissional se encontrava em Portugal antes de emigrar? (Descrição a mais completa possível sem esquecer os períodos de estudo e formação)
- Já tinha criado alguma empresa ou negócio em Portugal ou noutra país antes de emigrar para o local onde se encontra atualmente?
- Se sim, poderia descrever com o maior detalhe possível como decorreu esta experiência anterior? E quais foram os problemas ou situações que o fizeram abandonar ou alterar esses projetos?
- Como e quando surgiu a ideia de desenvolver o seu negócio no país onde se encontra? Quais foram as razões principais que o fizeram optar por esse caminho?
- Quais foram os recursos que utilizou para a sua criação?
- Quais foram as pessoas ou entidades envolvidas e qual foi o seu contributo? (No caso de não ter sido um projeto individual)
- Poderia descrever com o maior detalhe possível como evoluiu o seu negócio desde os primeiros momentos da sua construção até à atualidade?
- Poderia descrever o modo de funcionamento do seu negócio? Quais são as suas responsabilidades? (maior número possível de detalhes, dimensão, sector de atividade, etc.)

- Ao longo de todo o processo de construção do seu negócio que tipo de problemas encontrou? Como conseguiu ultrapassá-los?
- Como projeta o futuro do seu negócio? Pensa em expandi-lo ou diversificar a sua atividade? Se sim, de que forma e onde?
- Já tentou alargar o seu negócio a Portugal? Se, sim como decorreu o processo? Considera ter sido uma experiência positiva ou negativa? Porquê?
- Se não, quais são as razões que o impediram de o fazer? Essas razões estão ligadas com características do mercado Português?
- Considera o facto de ser de origem portuguesa como uma influência importante na forma como desenvolve o seu negócio e pensa que isso acontece em que aspetos?
- Na sua vida profissional está em contacto com portugueses ou pessoas de origem portuguesa? Qual é o teor desses contactos? Qual é a influência desses contactos no desenvolvimento da sua atividade?
- Trabalha com pessoas de nacionalidade ou origem portuguesa? Em que contexto? Tem alguma preferência? (fornecedores, empregados, clientes, etc.)
- Se não fosse de origem portuguesa, pensa que poderia dirigir o seu negócio da mesma forma como o faz atualmente? Porquê?
- Alguma vez obteve, desde o início da sua carreira profissional, ajuda ou apoio de outros cidadãos de origem portuguesa no país onde se encontra? Como foi esta ajuda ou apoio?
- Por outro lado, alguma vez ajudou ou apoiou pessoas de origem portuguesa no país onde se encontra? De que tipo e porquê?
- Sente que faz parte de uma comunidade empresarial ou profissional particular? Qual? Porquê?
- Quais foram os principais factores que levaram a desenvolver o seu negócio no local onde se encontra? O facto de ser de origem portuguesa teve algum tipo de influência na sua decisão? Em que medida?
- Pensa que tem ou teria as mesmas possibilidades de desenvolver a sua atividade em qualquer outro local mesmo sem a presença de uma comunidade portuguesa? Porquê?

4 – Comunicação de empresa

- Quais as formas e meios que tem usado (ou usou desde o início) para dar a conhecer a empresa? Qual é a ideia principal que quer dar a conhecer acerca da empresa (os produtos? A portugalidade? Etc.)?
- Anuncia a sua empresa nos meios de comunicação da comunidade portuguesa – jornais, rádio, sites comerciais, de associações empresariais portuguesas?

- Anuncia a sua empresa nos meios de comunicação do país – jornais, rádio, televisão sites comerciais, de associações empresariais dos sectores no país de acolhimento?
- Faz publicidade? De que tipo e em que meios (recolher informação documental).
- Tem site, blog ou outro meio próprio de comunicação da empresa?
- Usa as redes sociotécnicas como forma de comunicação e divulgação da empresa (facebook, Google+, outras)? Quais as razões que o levam a utilizar/ou não utilizar estes meios.
- A sua empresa baseia a sua comunicação nas conversas (comunicação pessoal) ou na excelência / diferenciação dos produtos (ex: comida portuguesa ou regional, materiais ou produtos de origem portuguesa)?
- Atribui alguma importância à comunicação da empresa? Que diagnóstico faz da comunicação da sua empresa? Se entende que deveria fazer mais no âmbito da comunicação da empresa que apoios necessitaria para o fazer (conhecimento, meios técnicos, técnicos especializados,...).

5 - Integração do Emigrante nos Contextos Sociais, Culturais e Políticos.

- Qual é a língua que utiliza mais frequentemente no seu meio laboral e porquê? Utiliza a língua portuguesa no seu negócio? Com que fim e com quem?
- Qual é a língua que utiliza mais frequentemente na vida familiar e porquê?
- Os seus familiares utilizam e/ou compreendem o português? No caso de ter filhos, estes frequentam algum tipo de estabelecimento de ensino português/lusófono?
- Recebeu algum tipo de formação no país onde reside? Escola? Cursos profissionais? Cursos Superiores? Quais e em que contexto?
- Qual é a sua nacionalidade? No caso de ter mais do que uma, em que circunstâncias obteve o estatuto de dupla nacionalidade?
- Qual é a nacionalidade do seu cônjuge? E dos seus filhos?
- Costuma ir a Portugal em férias? Em negócios? Leva a sua família ou amigos? Possui uma habitação em Portugal?
- Que bens imobiliários possui no país onde se encontra? São para uso profissional? Habitação etc.?
- Faz parte de alguma associação cultural, desportiva ou de outro tipo portuguesa ou relacionada com as comunidades portuguesas? Qual é a sua participação?
- Faz parte de alguma associação que não seja portuguesa? Qual é a sua participação? Como tomou conhecimento da sua existência?
- Qual é a sua participação na política do país onde desenvolve a sua atividade?

- Faz parte de algum partido político? Qual é a sua participação? Já exerceu algum cargo político? Em Portugal? No país onde se encontra?
- Sente-se integrado no país onde desenvolve a sua atividade profissional? Porquê?
- Alguma vez se sentiu discriminado por ser de origem portuguesa? Na sua vida quotidiana? Na sua vida profissional? (se sim, em que aspetos?)
- Sente-se português? Porquê?
- Tem projetos de regressos à Portugal? E porquê?